

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
Mestrado em Ciências Sociais

Ana Lúcia de Paula Santos

**HISTÓRIA E LUGAR: o patrimônio histórico da cidade de Sabará e as transformações do espaço**

Belo Horizonte

2022

Ana Lúdia de Paula Santos

**HISTÓRIA E LUGAR: o patrimônio histórico da cidade de Sabará e as transformações do espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237h Santos, Ana Lúcia de Paula  
História e lugar: o patrimônio histórico da cidade de Sabará e as transformações do espaço / Ana Lúcia de Paula Santos. Belo Horizonte, 2022.  
104 f. : il.

Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Cidades históricas - Sabará (MG). 2. Patrimônio histórico. 3. Tombamento. 4. Crescimento urbano. 5. Turismo cultural. 6. Turismo e planejamento urbano - Sabará (MG). 7. Regiões metropolitanas - Crescimento. 8. Espaço urbano. I. Andrade, Luciana Teixeira de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 719(815.11)

Ana Lúdia de Paula Santos

**HISTÓRIA E LUGAR: o patrimônio histórico da cidade de Sabará e as transformações do espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Teixeira de Andrade- PUC Minas (Orientadora)

---

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta Faria- PUC Minas (Banca examinadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Clarissa dos Santos Veloso- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 30 de junho de 2022

## AGRADECIMENTOS

O processo de pós-graduação que já é conhecido por ser árduo e solitário, se tornou ainda mais intenso após o isolamento social devido a pandemia de Covid-19, sem as aulas presenciais, sem conhecer os colegas de disciplina e os professores. Esse estudo mudou seu curso devido as circunstâncias do mundo nesses últimos dois anos, o processo de idealizar um objeto e ter que reconstruí-lo para que mantivesse vivo foi desafiador, contudo, necessário para que fosse concretizado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida que me possibilitou ingressar e permanecer no Mestrado do Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sem esse auxílio chegar até aqui seria inviável.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Luciana Teixeira de Andrade, pelo direcionamento dado até aqui de maneira tão cuidadosa e preocupada, seu amor pela ciência é nítido e inspira todos ao seu redor.

À minha família, por me ofertar amparo e por sempre prezar o “estudo” como algo fundamental. Ao meu irmão Norton, que sempre esteve presente nos meus momentos de angústia ao longo da pesquisa, me escutando e incentivando. À minha mãe, pelo cuidado e pela tentativa de facilitar as coisas para que pudesse me dedicar à pesquisa. Ao meu pai, que me acompanhou diversas vezes nas observações de campo e na procura pelos registros antigos da cidade.

Agraço aos amigos Sara Martins, Juliana Souza e Mateus Roque por me auxiliarem durante o processo de escrita, ouvirem minhas angústias carregadas durante a pesquisa, além de contribuírem para a busca de alternativas para solucionar os impasses, sempre ofertando palavras amigas e de incentivo.

Aos meus amigos, pela companhia e alento, por compreenderem as ausências e tantas vezes me proporcionaram momentos de desopilação através da escuta, dos risos partilhados, do interesse pelo meu trabalho. Vocês foram essenciais para que eu acreditasse que era capaz de dar esse passo.

Agradeço aos professores que aceitaram participar da minha banca, Carlos Aurélio Pimenta Faria, que contribuiu para essa pesquisa desde o exame de qualificação, e Clarissa dos Santos Veloso, que participou indiretamente do meu processo de pesquisa através do grupo de estudos.

Ao Observatório das Metrôpoles, que através de uma disciplina cursada possibilitou redesenhar a pesquisa, apresentando novas metodologias e o leque de possibilidade de investigações que a cidade tem a ofertar.

À arquiteta da Prefeitura de Sabará, Milene Proense, por me disponibilizar alguns documentos para consulta.

Aos colegas do grupo de estudos acerca do fenômeno urbano, as discussões desenvolvidas nos encontros foram fundamentais não só para o andamento dessa e pesquisa, mas para minha formação profissional e acadêmica. Esses encontros foram fundamentais para me aproximar das ciências sociais e suas metodologias, e despertou meu forte interesse pela questão do urbano.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, que foram fundamentais para que me familiarizasse com o campo das ciências sociais e a suas metodologias.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que sempre se mostraram bastante solícitos e dispostos a ajudar. Em especial, a Valéria Ermelindo e Jansem Wallemborg, que apesar de não os conhecer pessoalmente, me auxiliaram diversas vezes com as questões burocráticas.

Por fim, agradeço à cidade de Sabará. Suas contradições e beleza foram fundamentais para me despertar o estranhamento e a vontade de compreender sobre sua história e suas transformações, para além das dimensões sensíveis.

*“Há, é certo, os lugares históricos e os pseudo-históricos, que a memória vaidosa do povo indica ao viajante boquiaberto (todo viajante é boquiaberto por definição). Mas não são eles em Sabará que nos despertam a melhor emoção; a melhor emoção, a mais cheia de pudor e a mais profunda, é para certas formas de beleza que o homem e o tempo criaram e vão destruindo de parceria; certas igrejas que envelheceram caladas e orgulhosas no seu incomparável silêncio; certos becos; certas ruas tristes e tortas por onde ninguém passa, nem a saudade deste chafariz, com uma cruz e uma data, como um túmulo; a sucessão dos Passos; muros em ruína mesmo, sem literatura, inteiramente acabados; tudo o que no passado não é nem epopeia nem romance nem anedota; o que é arte.”*

*(Carlos Drummond de Andrade, 2020, p, 119)*

## RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar e discutir sobre a co-constituição entre a metropolização e a patrimonialização no município de Sabará-MG a partir das transformações socioespaciais da cidade. Localizada próxima a capital mineira, a cidade caracteriza-se pelo seu patrimônio tombado, remanescente do período colonial, mas também pela marca do crescimento metropolitano ao longo das últimas décadas. O estudo de natureza qualitativa, utilizou-se de dados censitários, análise de documentos institucionais e observação participante. Buscou-se, dessa forma, compreender as mudanças do perfil socioespacial da cidade e os impactos sofridos pela metropolização. Além disso, para analisar a co-constituição entre o fenômeno da metropolização e a tentativa de patrimonialização da cidade, a fim de apreender as intencionalidades da documentação ao tratar do patrimônio edificado sabarense, utilizou-se duas fontes primárias produzidas pelo PLAMBEL, a “Análise do Acervo Arquitetônico e Urbanístico” (1980) e a “Proposta de desenho Urbano” (1987). Constata-se, ao final da análise, que Sabará diante do crescimento metropolitano acentuado, relegou seu patrimônio cultural ao segundo plano.

**Palavras-chave:** Sabará; Patrimônio; Metropolização; Cidades Históricas.

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to analyze and discuss the co-constitution between metropolization and patrimonialization in the municipality of Sabará-MG from the socio-spatial transformations of the city. Located near the capital of Minas Gerais, the city is characterized by its heritage listed, remaining from the colonial period, but also by the mark of metropolitan growth over the last few decades. The qualitative study used census data, analysis of institutional documents and participant observation. In this way, we sought to understand the changes in the socio-spatial profile of the city and the impacts suffered by metropolization. In addition, to analyze the co-constitution between the phenomenon of metropolization and the attempt to patrimonialize the city, in order to apprehend the intentions of the documentation when dealing with the built heritage of Sabar, two primary sources produced by PLAMBEL were used, the "Analysis of the Architectural and Urban Collection" (1980) and the "Urban design proposal" (1987). It appears, at the end of the analysis, that Sabará, given the accentuated metropolitan growth, relegated its cultural heritage to the background.

Keywords: Sabará; Patrimony; Metropolization; Historical cities.

## LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Cidade de Sabará, de Tarsila do Amaral.....	41
Imagem 2: Igreja São Francisco. [S.D] Autoria desconhecida.....	46
Imagem 3: Igreja São Francisco, 2019. ....	
Imagem 4 - Antigo sobrado de Mestre Caetano.....	61
Imagem 5- Vista parcial no centro de Sabará.....	66
Imagem 6- Vista dos fundos da Igreja Nossa Senhora do Carmo.....	68
Imagem 7- Vista da Praça Melo Viana.....	76
Imagem 8- Vista atual da Praça Melo Viana.....	77
Imagem 9 – Vista parcial da Praça Bueno Brandão.....	79
Imagem 10- Praça da Igreja Matriz, atual Praça Getúlio Vargas.....	80
Imagem 11 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição; Praça Getúlio Vargas.....	81
Imagem 12- Rua do Carmo.....	83
Imagem 13- Vista atual da Rua do Carmo.....	84
Imagem 14- Cemitério do Carmo e “Mirante” .....	85
Imagem 15- Vista do local sugerido como mirante.....	86
Imagem 16- Igreja Nossa Senhora de Santana, Arraial Velho.....	87

## LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 1 – Cidade de Sabará.....	25
Mapa 2 – Zonas de Adensamento na parte central de Sabará.....	27
Mapa 3- Zona de expansão Urbana do Município de Sabará.....	60
Tabela 1 - População de Sabará em 1950 dividida por ocupação.....	22
Tabela 2 - Divisão da população de Sabará entre 1940 e 1950.....	23

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACH	Programa de Aceleração do Crescimento- Cidades Históricas
PLAMBEL	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
REGIC	Regiões de Influência das Cidade
RM	Região Metropolitana
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SABARÁ</b> .....	19
1.1 O processo de expansão da RMBH e os reflexos produzidos em Sabará ...	24
1.2 Sabará diante ao fenômeno metropolitano .....	31
<b>2 DISCUSSÃO EM TORNO DO PATRIMÔNIO E A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE: um olhar através das cidades históricas mineiras</b> .....	37
2.2 O caso Brasileiro .....	42
2.3 O decorrer do processo de tombamento do patrimônio cultural sabarense .....	53
<b>3 ENTRE A METROPOLIZAÇÃO E A PATRIMONIALIZAÇÃO: a dimensão sensível de Sabará</b> .....	59
3.2 A visão acerca do aspecto metropolitano em relação com o patrimônio ....	71
3.3 Nova proposta de desenho urbano: uma tentativa de patrimonialização ....	74
3.3.1 A praça Melo Viana .....	77
3.3.2 Praça Bueno Brandão .....	80
3.3.3 Praça Getúlio Vargas e Adro da Igreja Matriz N. Sra da Conceição .....	81
3.3.4 Entorno e adro da Igreja do Carmo .....	84
3.3.5 Entorno e adro da Igreja de Santana- Arraial Velho.....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96

## INTRODUÇÃO

Sabará é uma cidade localizada a aproximadamente 21 km da capital Belo Horizonte, e exerceu importante papel econômico e administrativo durante o período colonial brasileiro. Surgiu como arraial, durante o início do século XVII, denominado inicialmente Sabarabuçu, e, devido às descobertas relevantes de ouro, sua população foi acrescida por migrantes interessados nas atividades mineradoras.

Em 1711, recebe a elevação à Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará e, a partir desse *status*, passa a ser oficialmente uma cabeça de comarca, que eram localidades que concentravam estruturas como casa de fundição, cartórios, câmara, como uma sucursal da administração colonial naquele contexto (BOTELHO; REIS, 2008). Ou seja, as demais cidades pertencentes à Comarca do Rio das Velhas recorriam à Sabará para resolver questões burocráticas, como registrar documentos em cartório, direcionar impostos recolhidos, comunicar à coroa algum evento. É nesse contexto de ápice exploratório do ouro e da visibilidade de Sabará em Minas, que a cidade erigiu a maior parte das construções que hoje são tombadas pelo IPHAN, sendo o patrimônio cultural a principal atração turística da cidade.

O período entre 1711 e 1715 é marcado pela acentuação da urbanização nas cidades mineiras e pela criação das três primeiras comarcas, dentre elas a do Rio das Velhas, e, também, as elevações à Vila (MELO; SOUZA, 2015). A cidade é uma das primeiras a receber a elevação à Vila Real, em 1714, e ser reconhecida como cabeça de comarca. A partir dessa consideração, pode-se compreender a datação da maioria das estruturas arquitetônicas que caracterizam o centro histórico de Sabará.

A interpretação historiográfica sobre a História de Minas Gerais, após 1980, sob o viés revisionista, questiona o declínio das Minas após o fim da exploração aurífera, indicando, inclusive, que a mineração continua importante no estado, já que “a mineração nunca se restringiu às veias auríferas<sup>1</sup> e a coleta de diamantes e nem, tampouco, findou-se no século XVIII” (PAIVA, 2009, p. 275). Essa interpretação também indica que, no processo de despolarização vivenciado na província de Minas, durante o século XIX, Sabará permaneceu em destaque, com um grande centro

---

<sup>1</sup> Além do ouro e dos diamantes, destacaram-se o ferro, extraído desde cedo, e responsável, certamente, pela instalação de pequenas fundições, destacaram-se outros tipos de minerais e pedras preciosas e semipreciosas, como topázio, esmeralda (que fomentou muitos mitos do bandeirante Fernão Dias Paes na antiga Sabará, chamada de Sabarabuçu), a pedra-sabão, o quartzo, o xisto, entre outras.

populacional e econômico, que manteve a região atuante e em crescimento durante o século XX:

Esse movimento de “desurbanização” e de “despolarização” das minas, porém, acabou não só deslocando populações da urbe para as áreas rurais, mas em paralelo promoveu o esvaziamento, sobretudo nas antigas vilas e arraiais das áreas de mineração centrais (exceção feita a Diamantina, na exploração diamantífera e no comércio e Sabará, que manteve importância comercial e administrativa até próximo da inauguração de Belo Horizonte [...]. (PAIVA, 2009, p. 278-279, grifo meu)

Toda essa relevância na História da capitania e da província de Minas resultou em uma cidade viva e importante. Sabará, com uma das mais populosas vilas, foi responsável por construções importantes e, também, por que não, imponentes, para abrigar os centros de poder dos grupos locais e da administração da vila e da província. Por contar com obras do patrimônio histórico nacional, a cidade de Sabará é se revela importante para compreender o passado provincial e brasileiro e preservar a memória e identidade nacional.

Com relação à memória e ao Patrimônio, para Jacques Le Goff (1996) memória “representa a propriedade de conservar certas informações e remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p.423), a perda desse patrimônio significaria, assim, a perda da própria memória. Aqui, refere-se a lugar como este componente da identidade de sujeitos, com seus significados e significantes, que é a condição para a própria existência, já que é visto como foco de vinculação emocional para os seres humanos e contextos para suas ações.

O lugar é tomado como expressão de paisagem e de cultura, de experiências e significações diferenciadas, que concentra os pensamentos e os sentimentos de seus habitantes, dando conteúdo e formando novas territorialidades. Assim, é um espaço que tem sua história e que faz parte da história: no lugar habitam sujeitos, com suas multiplicidades de faces, e que ali vivem juntos. Enquanto o mundo objetiva o homem (no sentido de torna-lo objeto, número, mais um entre muitos), o lugar o humaniza, é ali que se identificam os conflitos e as alianças entre os homens que dão vitalidade para aquele espaço, é o local onde os homens exercitam sua condição de cidadãos, é onde o espaço e o tempo são construídos e reconstruídos

incessantemente como fruto da produção humana. Essas questões são relevantes para compreender o patrimônio e suas políticas de conservação. Embora não seja o foco do presente estudo as questões de pertencimento, serão discutidos conceitos de materialidade e ressonância (GONÇALVES, 2005).

Para compreender o patrimônio e sua importância para a história da cidade, é necessário discutir sobre a transformação gradativa do espaço ao longo dos anos. Assim, elementos importantes como a economia, localização geográfica e a dinâmica entre as cidades, trazem à tona os desdobramentos da relação entre cidade e habitante, para além do espaço físico, mas como um lugar envolvendo sujeitos. Lefebvre (1969) aborda a cidade enquanto organismo vivo e um local dinâmico, sua existência está condicionada ao sentido que os sujeitos a atribuem. Devido a essas características, a cidade está em mudanças contínuas, que não necessariamente estão atreladas ao reflexo de uma totalidade, mas sim estão sujeitas as suas particularidades, logo, cada caso deve ser analisado sob uma ótica específica.

Diferentes cidades possuem seus próprios agentes sociais, sua cultura, seu modo de vida, conformados ao longo dos anos e que estão em constante transformação. Esses fatores são indispensáveis para enveredar no campo das relações de pertencimento, construídas a partir das relações sociais, considerando a ideia levantada por Lefebvre (1969) de que a cidade passa por mudanças à medida que a sociedade muda como um todo. Esses são pontos relevantes para se discutir a transformação sofrida pela cidade de Sabará, a fim de compreender como é a relação entre patrimônio e a história desse lugar, além de buscar entender como as políticas de preservação são pensadas para ocupar esses espaços.

É necessário considerar as multiplicidades de temporalidades a serem exploradas dentro do tema abordado, contudo, o recorte apresentado nesse estudo será o contemporâneo, sem desconsiderar, no entanto, a construção da história da cidade e seus desdobramentos nas questões atuais.

A hipótese levantada inicialmente é que há uma invisibilidade do patrimônio cultural de Sabará, que se agravou ao longo dos anos, e, que esse fato está relacionado ao estado de conservação do patrimônio arquitetônico. Dessa forma, considera-se que há uma sobreposição do crescimento metropolitano, preterindo o patrimônio ao segundo plano.

Essa dissertação tem como objetivo analisar e discutir sobre a co-constituição entre a metropolização e a patrimonialização no município de Sabará-MG, a partir das transformações socioespaciais, além de compreender os impactos sofridos pelo patrimônio cultural da cidade. Preservar a estrutura tradicional do século XVIII se tornou um desafio frente ao avanço da metropolização. Pretende-se compreender, também, as mudanças no perfil socioeconômico da cidade e sua relação de proximidade com Belo Horizonte, e discutir os impactos do crescimento da Região Metropolitana sobre Sabará, inserida no processo de metropolização.

O presente estudo é de natureza qualitativa, e, entre as metodologias, foram utilizadas a pesquisa documental, sendo eles registros estatísticos (dados censitários) e registros institucionais (documentação produzida pelo PLAMBEL). Empregou-se a observação participante natural, visto que o observador está inserido no contexto e pertence a comunidade a qual investiga (GIL, 2008).. A utilização de registros estatísticos foi selecionada em ordem cronológica, no intuito de compreender a permanência da característica urbana da cidade, e os censos mais recentes, de 2000 e 2010, serviram como base para analisar os impactos sociais da metropolização sobre o espaço da cidade. Para isso, foram selecionados dois documentos do PLAMBEL a serem analisados, “Análise do Acervo Arquitetônico e Urbanístico” (1980) e a “Proposta de desenho urbano Sabará-MG (1987), escolhidos por abordar especificamente o patrimônio de Sabará, suas perdas e incorporações, além de sugerir um processo de requalificação urbana após consecutivas perdas e descaracterizações no espaço do centro histórico. Já a observação participante foi empregada com o objetivo de compreender a atualidade do espaço da cidade, com um olhar direcionado para os espaços abordados nos documentos do PLAMBEL, referidos acima.

Diante do cenário explanado até aqui, os capítulos que serão desenvolvidos terão como objetivo responder as problemáticas levantadas. Essa dissertação está organizada em três capítulos em que, primeiramente, buscar-se-á refletir as transformações do perfil socioeconômico da cidade de Sabará e como ele se relaciona à dinâmica interna da cidade. Compreender essa transformação será um dos primeiros passos da presente pesquisa, visto que o fenômeno da metropolização também pode transformar a caracterização do município, e, conseqüentemente, a percepção dos que estão inseridos nesse espaço. Apesar desse fenômeno ser uma

tendência das cidades latino-americanas, existem especificidades a serem levantadas.

A análise de mapas que possibilitam compreender melhor a divisão do espaço da cidade e suas particularidades se fazem imprescindíveis nesse trabalho e, por isso, serão tomadas ao longo do primeiro capítulo, e serão colocadas em diálogo com os dados obtidos através do censo de 2000 e 2010, sendo o mais recente utilizado com maior frequência, visto que o recorte temporal tem como foco aspectos atuais. É importante lembrar questões debatidas nos estudos desenvolvidos pelo PLAMBEL (1976,1980,1986), já que os documentos-produto que foram elaborados ao longo dos planejamentos metropolitanos, traça um rumo para as cidades pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte, e trazem dados históricos que apontam possíveis explicações para a situação atual de Sabará, além de descrever alguns aspectos do município. Além da utilização dos dados censitários e da análise documental, será feita uma discussão a respeito das investigações sobre as transformações do espaço sabarense. As obras elencadas para esse fim são de autoria de Teixeira e Souza (2003) e Andrade e Mendonça (2021).

O segundo capítulo, de cunho teórico, discutirá sobre os conceitos de patrimônio e suas transformações ao longo dos anos, além de buscar compreender como esses conceitos estiveram atrelados à construção dos nacionalismos e focados na materialidade dos bens protegido. Neste capítulo, também será analisado como a compreensão de patrimônio impactou na formação das primeiras políticas de preservação, com um recorte para o patrimônio cultural edificado. Serão discutidos os processos de construção da preservação e as intencionalidades neles contidas, com destaque para o caso de Sabará.

No terceiro capítulo, buscar-se-á compreender a co-constituição entre o fenômeno da metropolização e a tentativa de patrimonialização em Sabará. Para isso, serão utilizados dois documentos produzidos pelo PLAMBEL, em momentos diferentes, sobre o mesmo espaço, sendo eles, “Sabará: Análise do Acervo Arquitetônico e Urbanístico” e a “Proposta de desenho Urbano”. Aprender as intencionalidades da documentação, ao tratar do patrimônio edificado sabarense, suas características e potencialidade, será ponto de partida para, então, apresentar a imagem atual da cidade, mais precisamente dos lugares caracterizados como histórico e de alto potencial turístico, como coloca o segundo documento. Por fim,

através da conclusão buscar-se-á, por meio da interdisciplinaridade que o presente estudo se propõe, uma melhor compreensão sobre a cidade de Sabará e das suas transformações histórico-espaciais.

## 1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SABARÁ

Sabará é uma cidade histórica de localização bastante próxima da metrópole Belo Horizonte. Esse fato é um marco no que diz respeito à ocupação sabarense e suas dinâmicas, aspectos diretamente impactados pelo crescimento do espaço metropolitano. Importante localidade durante o período colonial, Sabará, nos séculos XVIII e XIX, desempenhou um papel de centralidade frente as demais cidades ao entorno, destacando-se, assim, por sediar serviços burocráticos governamentais, alcançando um patamar de referência para os vilarejos de menor expressividade naquele contexto. Muitos dos municípios que atualmente pertencem à Região Metropolitana, e até mesmo ao antigo Curral Del Rey<sup>2</sup>, só passaram por processos de urbanização posteriormente. Destaca-se esse fato para ilustrar a característica urbana desse local, precedente à consolidação das relações metropolitanas, que, embora seja longínqua, é uma marca indelével, afinal, o centro histórico de Sabará conta com um vasto patrimônio material tombado pelo IPHAN, conhecido mundialmente por sua riqueza artística e cultural.

Após o declínio da exploração aurífera, os impactos sofridos pelas cidades que dependiam dessa atividade para manter-se foram grandes, muitas delas passaram, a partir desse momento, a vivenciar a pobreza. As regiões mineradoras, após o século XIX, perderam grande parte da expressividade adquirida, muitas ficaram sem alternativas para continuar a sustentar o *status* que lhes fora conferido durante a exploração de metais e pedras preciosas. Como as demais cidades mineiras do período aurífero, Sabará também sofreu uma forte decadência socioeconômica após o término desse momento, mas, diferente de muitas, não caminhou para a alternativa agrícola para restabelecer sua arrecadação, e, assim, a cidade manteve-se, até os primeiros anos do século XX, apoiada principalmente na atividade comercial e exploração mineral.

Por volta de 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira instalou-se na cidade, desencadeando uma série de mudanças no seu espaço, como a criação de vilas operárias, urbanização de novas áreas (SANTOS, 2013), expansão da linha férrea, além de ofertar à comunidade serviços como educação, saúde e intervenções na

---

<sup>2</sup> Arraial mineiro, que futuramente daria lugar a capital Belo Horizonte.

infraestrutura urbana. Essa indústria foi responsável por grande parte da arrecadação de Sabará, sendo, até os anos de 1980, a principal empregadora do município. Somente após o decaimento do setor secundário, a Companhia deixa de desempenhar esse protagonismo. No contexto desta pesquisa, é importante situar o lugar da Siderúrgica entre as motivações da transformação do perfil da cidade, questão que será discutida a seguir, uma vez que essa indústria desencadeou a atração de investimentos estatais de fomento a expansão industrial, consequência de uma política desenvolvimentista que contou também com a presença do capital estrangeiro (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2015).

Como Abílio Barreto narra, até aproximadamente 1864, Sabará contava com Curral Del Rei para o seu abastecimento, já que a cidade sempre contou com baixa produção agropecuária, concentrando, naquele contexto, a maior parte das suas atividades nas esferas comerciais e burocráticas. O Arraial de Belo Horizonte<sup>3</sup> deixa de fazer parte de Sabará em 1890, e, três anos após, é escolhida para sediar a nova e moderna Belo Horizonte, notícia que foi recebida e comemorada primeiramente em Sabará, onde os serviços telegráficos da região ficavam. Nesse contexto de construção da nova sede, a região fora cogitada para sediar temporariamente os serviços da capital.

Além dos pontos bastante citados pela literatura que aborda a construção de Belo Horizonte, como a questão hídrica e o clima, a localização estratégica também fora um dos quesitos que contaram para a escolha mencionada. Como Barreto cita: *“Que riqueza!’ Belo Horizonte, pois, se oferece como melhor local para a capital de Minas, pela sua posição à margem do rio das Velhas e pela proximidade de Sabará, que é ligada ao Rio de Janeiro pela estrada Central”*. (BARRETO, p. 397) Sabará consistia em um ponto estratégico dentro do estado de Minas, visto que possuía duas importantes estações ferroviárias que eram utilizadas para o escoamento e chegada de produtos. Assim, seria mais fácil apenas expandir a ferrovia Central do Brasil para os demais pontos da futura capital, além disso, no contexto dessa fundação, o Rio das Velhas ainda era um importante via de comunicação com as demais localidades. Essa soma de fatores foi levada em conta durante a escolha e contribuíram para o destaque de Belo Horizonte.

---

<sup>3</sup> Curral Del Rey, após a proclamação da República, passa a se chamar Arraial de Belo Horizonte.

Com o advento da industrialização e a intensificação do fenômeno urbano, a cidade passa por constantes modificações no que diz respeito aos espaços, habitações e, até mesmo, à economia. A criação da nova capital mineira inaugura uma série de relações mútuas entre capital e municípios vizinhos, e, no caso de Sabará, os laços com Belo Horizonte foram selados antes das obras serem concluídas, visto que muitos materiais para as obras da nova sede chegavam pelas estradas sabarenses. Além disso, na obra de Abílio Barreto sobre a construção das memórias acerca da capital mineira, Sabará aparece, diversas vezes, ocupando um papel de destaque no que diz respeito à concentração de serviços, que serviam como apoio durante os anos iniciais de Belo Horizonte. A possibilidade dessa relação cooperativa entre as regiões foi um dos motivos para a escolha da capital planejada, tendo sido levado em conta, como já mencionado, o esquema ferroviário que já se encontrava instalado nas cidades ao entorno, aspecto que facilitaria o escoamento de produtos e circulação de pessoas na capital. Somado ao fato de ser vizinha da capital estadual, Sabará, a partir do ano de 1917, passa a abrigar em seu território a Companhia Siderúrgica de Minas Gerais, questão que desencadeou inúmeras mudanças nas relações da cidade. A indústria, que por muitos anos fora expressiva, contribuiu para a construção de bairros operários, maternidade, atendimento de saúde, e para a intensificação da urbanização do espaço, aumentando o número de habitações, de bairros urbanizados e saneados (SANTOS, 2013).

A chegada da industrialização e a conseqüente mudança da lógica produtiva são questões que implicam, em grande medida, na transformação da ordem sabarense e no fenômeno da urbanização, que se intensifica, juntamente com o adensamento populacional. As cidades brasileiras sentem os primeiros impactos da industrialização, de fato, ainda na primeira década do século XIX, com a chegada das multinacionais, momento em que alguns valores produtivos internacionais são inseridos nos hábitos dos trabalhadores brasileiros. Tonucci Filho et al (2015) discorre sobre a instalação das primeiras indústrias siderúrgicas e a proximidade com a capital Belo Horizonte:

A localização privilegiada da capital, próxima a importantes jazidas de ferro do Quadrilátero Ferrífero, assim como os incentivos concedidos pelo Governo Federal durante a Primeira Grande Guerra Mundial, contribuíram para a expansão da siderurgia regional nas décadas de 1920 e 1930, com destaque para a criação da Cia. Siderúrgica Mineira, em 1917, incorporada, em 1921, pela Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. As novas instalações siderúrgicas reanimaram a vida econômica local nos municípios do entorno de Belo Horizonte em que se instalaram (Sabará,

Rio Acima, Barão de Cocais, Caeté), e que se encontrava em decadência desde o esgotamento das reservas de ouro (PLAMBEL, 1986).

O cenário descrito é semelhante ao que Sabará vivia até a instalação da siderúrgica, momento o qual já fora percorrido ao longo desse capítulo. No caso da Siderúrgica em Sabará, levanta-se que, por conta da presença da indústria e das oportunidades que refletiam, como a possibilidade de acesso a direitos como saúde, educação<sup>4</sup>. Assim, os efeitos gerados pela presença de uma estrutura produtiva de grande porte no cenário nacional foram consideráveis se analisarmos a dinâmica de ocupação e a disposição dos bairros na cidade de Sabará. Durante a alta da atividade metalúrgica, muitos imigrantes eram atraídos para a cidade em busca de uma melhora socioeconômica, com isso, vilas operárias foram construídas pela Belgo Mineira<sup>5</sup> e entregues, a partir de 1950, aos seus. Ou seja, com a expansão urbana, alguns recursos tornam-se primordiais, como o acesso à água, saneamento, educação e saúde, para que os indivíduos ali pudessem se fixar. Dessa forma, pode-se enxergar que a ampliação do acesso aos recursos citados são parte de uma consequência do crescimento do espaço urbano, ainda que em ritmo gradual.

Contudo, a estrutura da cidade e do urbano, enquanto conceito, já era algo marcante na formação de Sabará, e, como Lefebvre (1968) discute em sua obra “O direito a cidade”, a cidade preexiste à industrialização. É possível que haja a presença do aspecto urbano sem a presença intensa da industrialização, o que o autor cita como um aspecto recorrente na América Latina, e que esses, ao se depararem, podem desencadear certo choque devido à transformação da ordem e hierarquia. É importante realçar também o processo de formação das cidades, não como uma maneira de explicação pragmática da atualidade, sem ignorar as consequências da organização colonial<sup>6</sup>, mas para compreender a construção da dinâmica urbana atual.

Olhando para o *Censo demográfico do estado de Minas Gerais: População presente por sexo e situação do domicílio, segundo as zonas fisiológicas, os municípios e os distritos*, realizado no ano de 1950, a concentração da população

---

<sup>4</sup> Nesse momento, a indústria em questão, além de vilas operários, construiu a Escola Christiano Guimarães, postos de atendimento à saúde, postos de abastecimento alimentício, todos esses serviços eram destinados aos operários e suas famílias.

<sup>5</sup> Inicialmente Companhia Siderúrgica de Minas Gerais, após uma parceria feita com estrangeiros por volta de 1921, a indústria passa a ser chamada Belgo Mineira.

<sup>6</sup> Castells (1999) ressalta a importância de considerar o processo de colonização ibérica, pelo qual os países latinos passaram longos séculos impostos, sendo inegável que, boa parte dos problemas atuais, são resquícios desse contexto. Além disso, o modelo de cidade e suas funcionalidades já eram existentes nas circunstâncias coloniais, além da permanência das centralidades.

sabarense, no ambiente urbano, é maior do que na área rural e suburbana. De acordo com a divisão feita pelo IBGE, o município, naquele contexto, se encaixava como pertencente à Zona Metalúrgica por conta da presença da Belgo Mineira e também da extração de minério de ferro existente na região. Segundo os dados apresentados, num total de 4644 homens e 4825 mulheres presentes, com idade a partir de dez anos, se encontravam alocados nas seguintes atividades econômicas, sendo a divisão censitária:

**Tabela 1 - População de Sabará em 1950 dividida por ocupação**

<b>Atividade econômica</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Agricultura; Pecuária e Silvicultura</b>	305	10
<b>Indústria Extrativista</b>	164	10
<b>Indústria de Transformação</b>	1793	239
<b>Comércio de Mercadoria</b>	212	9
<b>Comércio de imóveis e etc.</b>	22	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados censitários de 1950.

Se retomarmos os precedentes históricos da cidade, veremos que, por sua característica de ser um local tradicionalmente de mineração, não era comum a essas vilas o desenvolvimento do aspecto agrícola e o núcleo da cidade sempre fora marcado por características urbanas em seu arranjo, no traçado das ruas, nos calçamentos, por exemplo. Até mesmo o setor econômico da cidade não era dependente da agropecuária, mas do setor minerador e do comércio. A partir de 1950, é notável que a principal atividade econômica estava focada na indústria de transformação. A siderurgia, nessa década, cresceu fortemente em todo o Brasil, impulsionada por uma forte política de incentivo à industrialização. Este censo também traz dados importantes para compreender o crescimento do fenômeno urbano dentro do espaço dessa cidade, antes mesmo da consolidação da capital Belo Horizonte como uma metrópole. Nesse contexto, Sabará tinha maior oferta de empregos vindos da metalurgia, e, por meio dos dados da população empregada, fica clara a discrepância dentre os demais setores produtivos que ali se instalavam. Vale destacar que a manutenção da indústria de transformação ocorreu, também, devido a oferta de minério de ferro.

Sabará conservou sua característica urbana ao longo dos anos, mantendo a maior parte de sua população na classificação que os censos de 1940 e 1950 atribuem como um quadro urbano, concentrando seus habitantes na sede do município, que

contava com dois distritos. Para compreender o cenário, os dados demonstram como a população sabarense estava dividida entre os anos de 1940 e 1950:

**Tabela 2 - Divisão da população de Sabará entre 1940 e 1950**

Localização	Ano	Total	Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro Rural	
			Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sabará	1940	11060	6553	59,24	2708	24,48	1799	16,26
Sabará	1950	13310	7349	55,21	3893	29,24	2068	15,53

Fonte: elaboração própria com base nos dados censitários de 1940 e 1950.

A caracterização populacional de Sabará, nesse intervalo de dez anos, revela que há mais habitantes em condições urbanas, seguido por suburbano, e, por fim, rural. O que chama atenção é o retraimento da população urbana e o crescimento em números absolutos de uma década para a outra, mas que não chega a ultrapassar as demais classificações. Analisando brevemente os valores percentuais, o quadro urbano decaiu em 4,03%, enquanto o quadro rural tem um tímido aumento de 0,73%, mas mantem-se como o primeiro e mais expressivo.

Contextualizando esses dados ao crescimento da capital mineira e de algumas cidades nessa proximidade, percebe-se que Belo Horizonte estava em crescimento acelerado, tanto no aspecto populacional quanto como centro econômico e de poder. Os distritos industriais que migraram principalmente para as cidades de Contagem e Betim, a partir da década de 1950, receberam grandes investimentos, tanto por parte do estado quanto da iniciativa privada, para passarem por drástica reorganização espacial. Simultaneamente à essa expansão, Sabará continuava em um estágio estagnado, sem novos setores produtivos ou investimentos marcantes capazes de transformar, consideravelmente, o espaço da cidade.

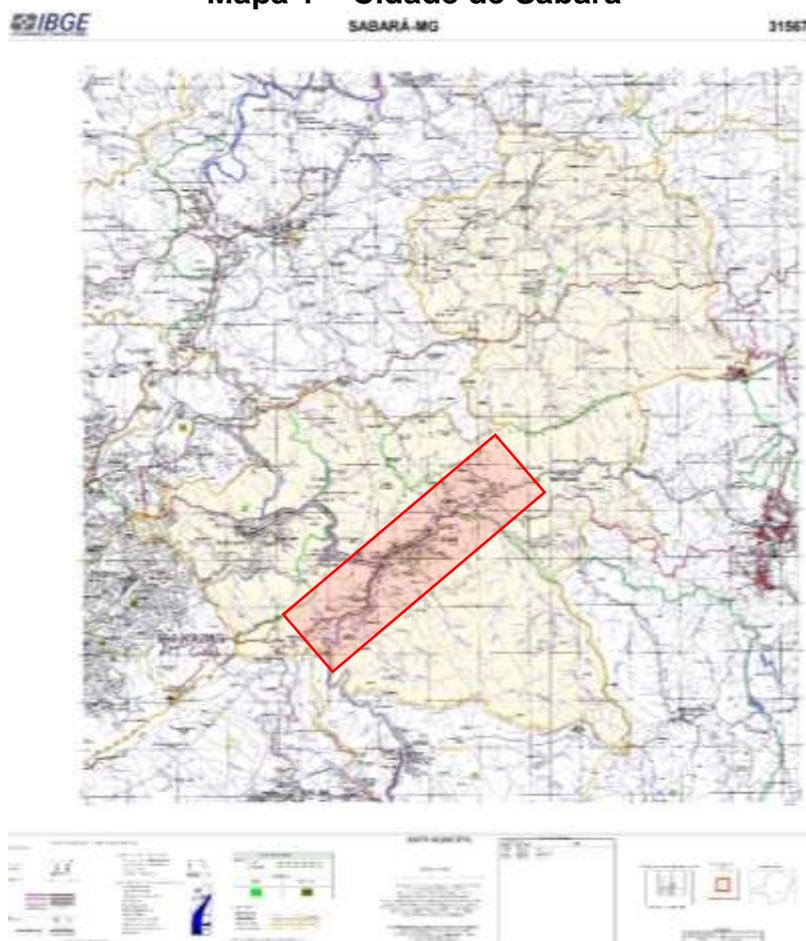
### **1.1 O processo de expansão da RMBH e os reflexos produzidos em Sabará**

Citados os fatores internos à Sabará, tratemos sobre as implicações da expansão de Belo Horizonte e seus efeitos nas cidades vizinhas, de maneira recortada ao tema aqui abordado. À medida que a capital mineira foi se consolidando enquanto

metrópole, as questões habitacionais ressoaram nas cidades mais próximas aos limites metropolitanos. Com isso, ações de intervenção por parte do estado criaram loteamentos em áreas periféricas para abrigar parte dessa população, produzindo o fenômeno da conurbação.

De acordo com o PLAMBEL (1986), Sabará iniciou seu estágio de conurbação a partir de General Carneiro, bairro que se avizinha a Zona Leste de Belo Horizonte. O caso desse bairro é bastante curioso, visto que foi um dos primeiros loteamentos cedidos por parte do governo estadual para abrigar parte da população excedente na capital. Por se localizar mais próximo à metrópole do que a sede de Sabará, General Carneiro desenvolveu um grau de autonomia, possuindo regionais, uma forte dinâmica de deslocamento metropolitano, por meio das estradas que facilitam a saída do município, além de uma grande oferta de linhas de transportes públicos, questões que estreitam as integrações municipais.

**Mapa 1 – Cidade de Sabará**



Fonte: (Censo Demográfico IBGE, 2010. Grifo meu)

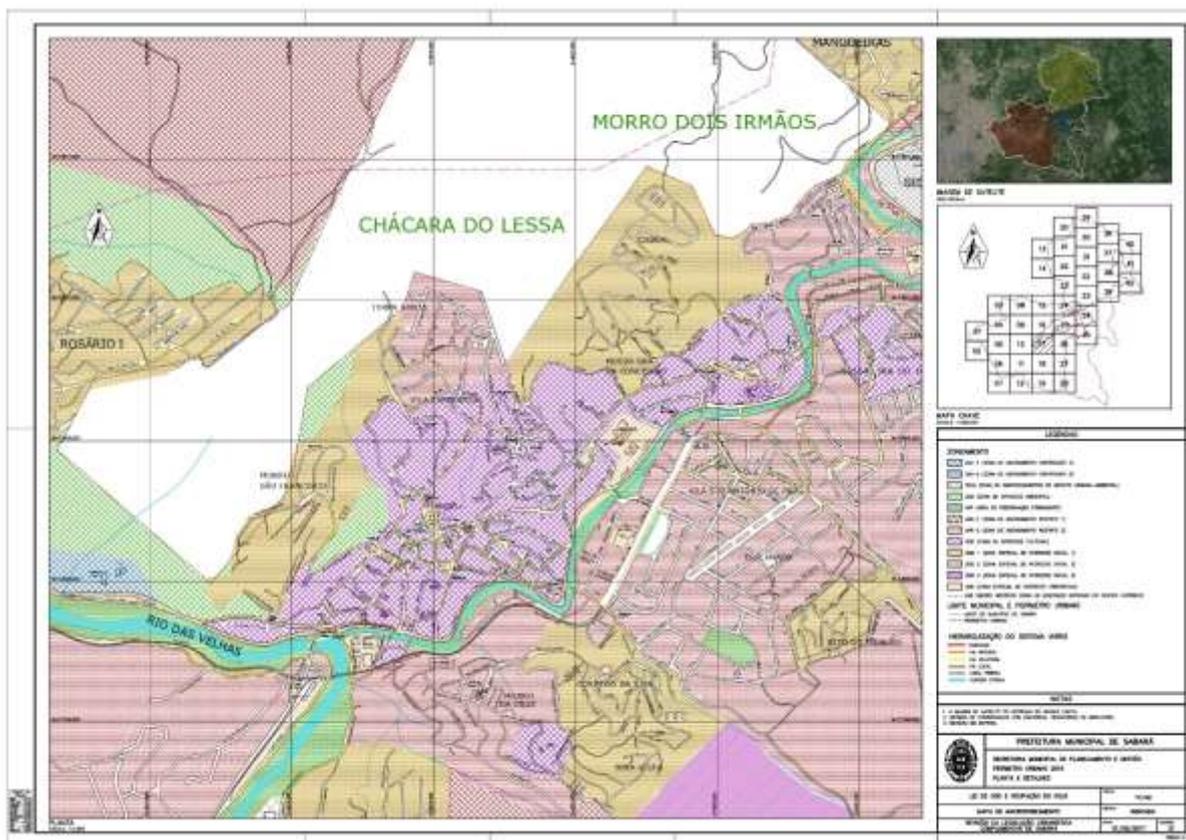
O mapa (Mapa 1), que retrata a conformação espacial de Sabará, expõe as áreas de limite da região, fronteiriças com os seguintes municípios: Caeté, Raposos, Nova Lima, Belo Horizonte, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas. De acordo com as imagens de satélite, as áreas desse município que passaram por maior adensamento populacional foram as áreas limítrofes com as cidades de Belo Horizonte e de Santa Luzia. Além disso, o mapa nos permite localizar o processo de conurbação entre Sabará e a região leste de Belo Horizonte, onde a ocupação se aproxima a ponto de não se conseguir realizar uma distinção entre os limites municipais, condição perceptível ao observarmos a porção sudoeste do mapa da cidade (Mapa 1).

Destaco esse processo como recorrente nas cidades brasileiras, e, realizando uma breve comparação com as imagens de satélites atuais, é perceptível que Sabará é uma das cidades da região metropolitana em que, embora possua pontos de conurbação, ainda é possível distinguir grande parte de seu limite territorial por ter alguns espaços vazios e de vegetação demarcando a descontinuidade. Outro ponto que destaco são os distritos Carvalho de Brito, Mestre Caetano e Ravena, sendo o último uma área que concentra a maior parte rural da cidade. Mestre Caetano está próximo a uma das principais atividades mineradoras da cidade, abriga poucos habitantes e conta com uma área verde expressiva. Já Carvalho de Brito possui forte aproximação de Belo Horizonte e alta concentração populacional.

O espaço demarcado em vermelho concentra a maior parte do patrimônio da cidade de Sabará e exerce centralidade no município por concentrar serviços, escolas e ser uma das principais localidades visitadas por turistas. No próximo mapa (Mapa 2), será possível observar, em nível maior de detalhamento, a divisão do centro da cidade, demarcado em vermelho, e sua composição, local considerado como de interesse cultural, responsável por resguardar as características históricas da cidade, sendo uma das localidades que menos foram alteradas em termos de disposição espacial, conservando o desenho tradicional das cidades coloniais portuguesas construídas durante o século XIX, com a presença de uma rua direita e ruelas estreitas que levam a uma praça como demarcação de centralidade. No caso de Sabará, a rua direita, atual Rua Dom Pedro II, é marcada por abrigar um conjunto arquitetônico que assinala a identidade setecentista da cidade, fator que destacou a rua devido à preservação proeminente das construções, principalmente se comparados as demais desse período ali localizado.

Analisando brevemente o PAC Cidades Históricas, a maior parte das obras aprovadas são classificadas como revitalizações e localizam-se no espaço destacado no mapa. O centro pode ser considerado um ponto de intercessão entre os bairros situados a média e curta distância, justamente pelo fator de localizar todos os bancos da cidade, serviços burocráticos da prefeitura e serviços essenciais. Assim, grande parte dos moradores frequentam o centro, mesmo que não seja para usufruir do espaço em momentos de lazer, atribuindo ao lugar multiplicidade e heterogeneidade. Ressalto que se trata de um local de preservação da memória e um fator importante para a construção da identidade entre morador e cidade, o que confere à cidade a categoria de organismo vivo, capaz de evocar a história individual e coletiva.

**Mapa 2 – Zonas de Adensamento na parte central de Sabará**



Fonte: (Prefeitura Municipal de Sabará, 2017).

O mapa 2, elaborado pela Prefeitura de Sabará no ano de 2015, mostra a divisão do centro da cidade e seus arredores, demonstrando a existência de uma heterogeneidade espacial até mesmo dentro de um recorte menor. A utilização desse recurso nesse estudo tem a finalidade de apresentar a divisão espacial da cidade e

caracterizar as imediações ao entorno do centro do município. Observa-se que a região identificada como “Zona de Interesse cultural” localiza-se predominante no centro histórico da cidade, local que abriga a maior parte das construções tombadas pelo IPHAN. Esse espaço central foi o que menos sofreu alteração e é responsável por manter o aspecto de cidade colonial mineira. Nota-se que apenas duas localidades são de fora do centro: a Igreja Bom Jesus e a Igreja Nossa Senhora do Ó, juntamente com o largo ao entorno da igreja.

Outro fator que é válido destacar é a predominância de Zonas de adensamento restrito, tipo 2, que, para conceituar, faço o uso do Manual Técnico, publicado pela prefeitura de Belo Horizonte, já que a lei de ocupação do solo de Sabará não traz essas especificações, embora conste no mapeamento. O que a *Lei Complementar de ocupação e uso do solo do município de Sabará* especifica são as *Zonas de Uso Misto Adensada*, conceituadas como:

áreas onde é permitido o uso residencial mais adensado e usos diversificados compatíveis com o uso residencial, não causando impactos negativos urbanísticos ou ambientais nem riscos à segurança da população, ou cujos impactos potenciais sobre a estrutura urbana ou sobre o meio ambiente sejam pouco significativos e controláveis através de medidas mitigadoras de fácil aplicação (SABARÁ, 2009, p. 2).

Portando, de acordo com o Manual Técnico mencionado, Zona de adensamento restrito consiste em: “as regiões com articulação viária precária ou saturada, em que se faz necessário manter baixa densidade demográfica”. Contudo, realizando uma análise dos locais demarcados como Zona de adensamento tipo 1, podem ser considerados bairros que já possuem ocupação quase que completa, sem novos loteamentos ou espaços ociosos propenso à novas construções.

Essa classificação ocupa grande parte das áreas centrais da cidade e das que se avizinham ao centro histórico, caracterizadas como bairros já estabilizados, não sendo um espaço em crescimento, com as vias já abertas e espaços já consolidados. Nessas proximidades, é válido comentar a respeito dos locais classificados pelo mapa como “Zona Especial de interesse social”, bairros que passaram por uma forte expansão nos últimos vinte anos, causada por constantes invasões e construções irregulares, as quais a prefeitura não possui um controle sobre o processo.

Essas localidades possuem relevo bastante irregular e visualmente escancaram a desigualdade social, parte do impacto do crescimento metropolitano.

Embora essas áreas não sejam os únicos bairros que necessitam de maior atenção social por parte do estado, as destaque devido à proximidade com o centro histórico, local que concentra boa parte das atividades burocráticas e comerciais da cidade. Entretanto, através das ferramentas metodológicas adotadas ao longo dessa pesquisa, não é possível identificar a origem dos moradores desses bairros em crescimento constante, se já habitavam em Sabará ou foram atraídos para a cidade.

Ao explicitar esses diferentes zoneamentos dentro de um recorte espacial da cidade, é possível identificar um processo de periferação que se expande, para além das regionais e dos bairros próximos aos limites municipais, dentro do espaço central da cidade. Existem múltiplas características espaciais e de ocupação urbana que, embora estejam bem próximas, não revelam homogeneidade.

Somado a esse raciocínio, através da observação desses bairros, percebe-se que não há uma clara distância social entre eles, não há formação de áreas discrepantes, como acontece no caso de Nova Lima, onde os enclaves acabaram por produzir um forte espaço segregado e bastante destoante das demais partes da cidade. E, mesmo nas áreas de ocupação irregular, retomando o caso sabarense, o estado intervém na urbanização dessas localidades, levando recursos básicos como saneamento e pavimentação das ruas. As áreas de interesse social se expandem também para os limites municipais, principalmente nas proximidades de Belo Horizonte, formando uma área conurbada, com alta presença de novos domicílios. Assim, se observarmos a progressão da ocupação do solo, é notório a intensificação do elemento urbano nas áreas que anteriormente eram espaços vazios, localizados nas extremidades da cidade.

Uma comparação entre os censos de 2000 e 2010, feita por Mendonça *et al.* (2015), sobre os tipos de domicílios, revela que Sabará apresenta uma forte queda dos domicílios classificados como subnormais: em 2000, foram contabilizados 27188 domicílios normais e 2231 subnormais, já em 2010, foram contabilizados 35086 domicílios normais e 1393 subnormais, apresentando um forte decréscimo dos domicílios normais. A autora destaca que essa queda pode ser ocasionada pela mudança da conceituação de *aglomerados subnormais*. O município permanece com a característica de proletariado e popular, com uma taxa de crescimento de 0,9%, não configurando em expansão populacional intensa, o que leva a crer que não há um alto número de migrantes para somar aos naturais da cidade. De acordo com os dados

do censo de 2010, a maior parte dos migrantes que chegaram à Sabará, entre 2005 e 2010, são provenientes da região sudeste, fato que chama atenção por se assemelhar a uma projeção que se repete em toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, após a década de 1980<sup>7</sup>, deixa de receber a maior parte do município periférico, embora tenha reduzido sua taxa de pobreza, entre 2000 e 2010, de 55% para 38%. Esse é um dado relevante para analisar o perfil do município e modo de vida de seus habitantes.

Embora exista proximidade física e histórica entre as cidades de Sabará e Belo Horizonte, não podemos desconsiderar o processo de fragmentação que se fortaleceu ao longo dos anos, principalmente após a forte metropolização das cidades incorporadas à Região Metropolitana de Belo Horizonte. A urbanização se dar de maneira fragmentada é uma questão frequente entre as demais cidades na América Latina, como um desdobramento das relações econômicas, extrapolando o modelo centro-periferia<sup>8</sup>, mas sem anular sua existência, que pode ser interpretado como uma maneira de segregação socioespacial, visto que residir na metrópole é mais custoso que nas áreas periféricas. Como o nome já sugere, a fragmentação ocorre devido a baixa presença de um elemento aglutinador, situação em que as fronteiras acabam se erguendo e se solidificando, criando um espaço favorável para a segregação. Ainda que não sejam palpáveis limites físicos e políticos, as relações de pertencimento e ocupação são capazes de propagar os ecos produzidos por essas barreiras.

Nesse aspecto, é importante ressaltar o estudo produzido por Moura (2009) sobre a formação dos arranjos urbanos. Embora o recorte espacial seja a metrópole de Curitiba, a análise traz importante pontos comuns ao caso de Belo Horizonte e a construção de seus arranjos com sua Região Metropolitana, visto que capital do Paraná é classificada pelo Regic (2018) como uma metrópole do tipo 1C, assim como

---

<sup>7</sup> Milton Santos, em seu estudo *Metamorfoses do Espaço Habitado* (2021), sinaliza para uma tendência global de crescimento urbano nos países ditos de Terceiro Mundo. Nesse contexto, a população Brasileira multiplica-se, entre as décadas de 1920 a 1980, em 2,5 (SANTOS, 2021, p. 46). Assim, as cidades cresceram aceleradamente, desencadeando uma revolução urbana, o que redesenharia o *espaço habitado*.

<sup>8</sup> É necessário frisar essa dinâmica centro-periferia e sua origem atrelada ao modo de produção capitalista ao qual o Brasil se encaixa, a fim de melhor definir essa dicotomia, Mendonça et al (2015) diz: No caso brasileiro, a configuração centro-periférica, constituinte de nossa formação urbana, é o resultado socioespacial da forma de organização do processo industrial-capitalista. Historicamente, o centro é o lugar da riqueza, sob a forma de espaços físicos bem estruturados, legalizados e bem equipados, onde vivem as classes médias e os grupos dirigentes. A periferia é o lugar dos pobres, precária, mal estruturada, marcada pela autoconstrução e, muitas vezes, pela ilegalidade ou irregularidade urbanística. (MENDONÇA et al, 2015, p. 235-236)

a capital mineira, devido ao seu perfil populacional, concentração de renda, extensão territorial e outros aspectos de classificação. Essa classificação das metrópoles é realizada de acordo com a centralidade que ela exerce dentro da rede urbana, como “elos finais da rede urbana” (REGIC, 2018), considerando as aproximações e afastamentos construídos nessa relação. A complexidade da formação de um arranjo urbano regional foi conceituada por Moura (2009) no seguinte excerto:

São, portanto, espacialidades que não apenas transcendem a noção da cidade enquanto “ponto”, ou forma física composta pelo espaço construído, para a cidade enquanto “área”, materializada nas aglomerações urbanas contínuas ou descontínuas, como passam destas para unidades ainda mais complexas, que assumem a perspectiva de “região”. Ocorre, então, uma conjugação entre urbano e regional, resultando em uma configuração híbrida, complexa e multiescalar. (MOURA, 2009, p. 28)

Os espaços urbanos se aproximaram a ponto de não ser possível distinguir seus limites, não só territoriais. A expansão dos municípios criou relações mais complexas que a conurbação por si só, como novas conformações espaciais, que impactam diretamente em políticas de mobilidade e infraestrutura, gerando desafios para a governança dos municípios. A metrópole já não se finda em seus limites físicos, ganha prolongamentos complexos que, ainda que não esteja necessariamente próxima fisicamente, permanecem conectadas. Isso porque a metrópole exerce uma forte centralidade, concentra grande parte das atividades econômicas e serviços. Essa é uma característica de países em desenvolvimento, marcados pela desigualdade e centralização do capital.

## **1.2 Sabará diante ao fenômeno metropolitano**

As regiões metropolitanas são regiões menos valorizadas se forem comparados os custos de se viver em uma região central. Dessa forma, essas cidades acabam por abrigar grande parte da população que mantém relações estreitas com a metrópole, mas que a renda não permite que sejam moradores desse local. Assim, a dinâmica entre as cidades se complexifica ainda mais e fenômenos como o movimento pendular se tornam algo rotineiro para grande parte dos moradores das cidades vizinhas, lugares de baixa concentração de atividades econômicas. As pessoas se deslocam em direção à metrópole para trabalhar, estudar, acessar serviços mais complexos que não são ofertados no município em que residem (SOUZA, 2015).

Uma das consequências da alta pendularidade é a melhoria das vias de comunicação entre as regiões e a maior oferta de meios de transporte, fatores que contribuem ainda mais para complexificar os arranjos urbanos. Assim, muitos desses municípios vizinhos das metrópoles acabam por se tornar cidades-dormitório, onde o indivíduo passa a maior parte do seu dia desenvolvendo suas obrigações diárias nas centralidades, e, ao fim do dia, retorna à sua residência, apenas para o descanso (MOURA, 2009; SOUZA, 2015).

Esse é um fenômeno importante para esse estudo devido a sua ocorrência no caso da dinâmica Sabará-Belo Horizonte. De acordo com os dados do Censo de 2010, Sabará concentra 5% dos deslocamentos casa-trabalho de toda a região metropolitana de Belo Horizonte, e 59,47% de seus habitantes realizam movimento pendular para estudar ou trabalhar. Como demonstram os dados, muitos sabarenses passam o dia fora da cidade e retornam apenas ao final do dia, não estreitando, muitas vezes, vínculos com a cidade. Esse aspecto, somado aos fatores já citados anteriormente como consequência do rápido crescimento urbanos dos espaços metropolitanos, é capaz de impactar diretamente na criação, ou não, de pertencimento para com o lugar em que se vive.

É importante destacar que grande parte dos fenômenos pelos quais a cidade de Sabará passou ao longo do tempo e com a intensificação da urbanização, não são um caso isolado, mas uma tendência das cidades brasileira e de países de capitalismo periférico. Questões como a formação de polos urbanos, onde o capital se concentra e há a formação de uma dinâmica de metropolização ao redor dessa localidade, são recorrentes e ocorrem como desdobramento das relações de poder e hierarquia socioeconômica, que ressoam também no campo espacial (RIBEIRO, 2018).

Além disso, as metrópoles, por concentrarem as atividades econômicas e manterem um intenso fluxo de pessoas, atraem um maior número de recursos, investimentos, tanto do capital privado quanto do estatal, transformando o espaço e modificando dinâmicas como o custo de vida, especulação imobiliária, concentração de desigualdades, etc. Com isso, ao longo dos anos, as metrópoles se tornaram lugares difíceis para as classes mais baixas, que se viram forçadas a migrar para as periferias e municípios vizinhos, gerando o adensamento das regiões metropolitanas. De maneira mais geral, as regiões metropolitanas brasileiras acabam carregando características comuns entre elas, como consequência de uma urbanização desigual,

da violência, concentração de pobreza, habitação precária, falta de saneamento e de recursos básicos.

Após a década de 1950, a metrópole Belo Horizonte também sofre uma expansão devido ao maior investimento em industrialização e urbanização, impulsionado, em grande parte, por políticas estatais. Destaco aqui a criação dos distritos industriais que foram alocados na proximidade do vetor Oeste da capital. Cidades como Contagem e Betim passaram a atrair grandes investimentos após abrigarem grandes empresas de capitais internacionais, que ainda hoje geram renda e movimentam grande parte da economia mineira. Isso gerou um grande impacto devido à rápida urbanização e ao crescimento populacional, o que, ao longo dos anos, fez emergir graves problemas sociais. Elenco esses fatores para trazer a realidade distinta vivida pela cidade de Sabará que, ao contrário do que foi citado, passou por crescimento mais lento, o que considero reflexo de um processo de conurbação mais retardado e não uniforme, se comparado com as demais cidades pertencentes a Região Metropolitana. Em razão disso, a cidade também desenvolveu nível alto de dependência da metrópole, agravada após a decadência do setor metalúrgico, questões que devem ser consideradas antes da realização de uma análise sobre o município.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte tem seu crescimento mais expressivo entre as décadas de 1950 a 1970, de acordo com os dados dos censos, superando a taxa do polo a partir de 1960. O incremento populacional sofrido por esses municípios indica a forte imigração e quais os destinos para onde essas pessoas se encaminhavam, fato fundamental para a compreensão da transformação populacional das cidades, qual a sua relação com a metrópole, e como estão inseridos e constroem um novo *arranjo populacional urbano* com diferentes níveis de integração. O censo classifica as cidades da região metropolitana de acordo com o grau de integração com a metrópole, dividido entre muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Observa-se, por meio da leitura de dados, que o fator urbanização e seus desdobramentos se dão de diferentes formas nessas áreas de integração. Sabará é classificada, pelos censos de 2000 e 2010, como município de alta integração, concentra 55% da população dentre os demais municípios da RMBH assim classificados, e é considerado como um município de boa condição social, com a expansão territorial a nível médio registrada pelo Censo de 2000.

Compreende-se que a transformação do espaço é também uma consequência das novas dinâmicas socioeconômicas. É relevante destacar que Sabará passou por um processo de metropolização e fragmentação<sup>9</sup> do território. Friso aqui que esse fenômeno é algo recorrente em cidades que se avizinham a metrópoles.

A metropolização está ligada ao processo de urbanização, capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos. (Observatório das Metrôpoles, 2012, p. 2)

Afetada diretamente sobre esse processo conceituado acima, a cidade de Sabará, devido à proximidade da capital Belo Horizonte e ao fato de fazer parte da região metropolitana, é impactada diretamente pela expansão da metrópole, por isso, esses aspectos são relevantes para esse estudo. E, dentre as cidades pertencentes à região metropolitana de Belo Horizonte, Sabará, assim como as demais cidades incorporadas na primeira geração da RMBH, possui uma relação duradoura de integração social e econômica, antes mesmo da regulamentação firmada, em 1973, pela lei complementar número 14, que estabelece, pela primeira vez, as cidades pertencentes às regiões metropolitanas das capitais. Assim ficaram definidas as seguintes cidades pertencentes a esse arranjo: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

A construção do espaço metropolitano e sua expansão está diretamente ligada ao crescimento da urbanização e industrialização. No caso brasileiro, a primeira institucionalização das Regiões Metropolitanas ocorre como uma maneira de ordenar o crescimento das metrópoles e seus impactos. Dessa forma, cidades com alta densidade demográfica e desenvolvidas economicamente foram consideradas polos que influenciavam os demais municípios conectados a sua volta. Sob essa regulamentação, Belo Horizonte, considerada uma metrópole, tem sua primeira formação de Região Metropolitana composta por 14 municípios classificados pelos

---

<sup>9</sup> O conceito de fragmentação ganhou múltiplas interpretações e por isso ganha uma característica plástica, se adaptando à determinada realidade. Nesse caso, utilizo da discussão feita por Chetry (2014) acerca da fragmentação no caso das metrópoles latino-americanas, que trata o fenômeno da fragmentação como uma forma de segregação espacial e perda da capacidade de aglutinação de uma cidade. Essa conceituação ganha força à medida que a interpretação dicotômica entre centro-periferia não consegue englobar algumas discussões no que diz respeito a desigualdade e descontinuidade entre os espaços urbanos.

aspectos de densidade demográfica, ocupação urbana, movimento pendular e conexão com a metrópole (PINHO, 2016).

Após a década de 1980, a regulamentação das RM's se tornou responsabilidade dos estados, que elaboram seus próprios critérios para englobar novos municípios nessa categorização, e, dessa forma, a Região Metropolitana Belo Horizonte vinculou mais 20 cidades, totalizando 34. Em 1993, criou-se o Colar Metropolitano de Belo Horizonte, com a última atualização em 2012, composto por 16 cidades de baixa ou muito baixa integração com a metrópole e que não sofreram grandes impactos pela metropolização. Após essas incorporações, passa a ser a segunda região metropolitana mais inchada do Brasil e a que mais se expandiu em números absolutos<sup>10</sup>. A questão político-econômica pode ser entendida como motivações desse aumento, pois, ao integrar a Região Metropolitana, o município poderia receber investimentos em infraestrutura, gerando a expectativa de se tornar um lugar atrativo economicamente além da expansão das áreas conurbadas (FARIA, 2010).

Cito o processo de expansão das regiões metropolitanas para tratar a questão da complexificação das dinâmicas espaciais, populacionais, de fluxos e de arranjos. Seguindo essa tendência, a relação entre as cidades da RMBH não é vista somente sob o conceito de centro-periferia, com o primeiro como local de concentração de renda, abrigando as classes médias e altas, enquanto a periferia permaneceria empobrecida e privada de recursos.

Andrade (2016) aborda o aumento da heterogeneidade dos espaços metropolitanos elencando os seguintes fatores: imigração dos grupos de alta e média renda para fora das áreas centrais, em direção aos condomínios fechados; a presença dos grupos médios entre o centro e periferia e a transformação da população alocada no centro. Esses fatos desembocam no ponto de remodelamento das centralidades e da construção de novas periferias. Em relação à cidade de Sabará, os dados acerca da estrutura socioespacial revelam que, a partir de 1980 até 1991, a cidade é caracterizada pela maior presença dos grupos sócio-ocupacionais *popular e proletário* (MENDONÇA, 2008), em 2000, passa a predominar o grupo *popular operário* e, em 2010, verifica-se uma mescla de *heterogêneo inferior, popular e operário médio*, nessa

---

<sup>10</sup> Faria (2010) aponta que o fim do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), pode ter influenciado nesse inchaço, visto que era o órgão responsável por tratar das alterações no espaço metropolitano.

ordem (ANDRADE; MENDONÇA, 2021). Contudo, ainda é um município marcado pela periferização e dependência econômica, estando altamente integrado à metrópole, com sua taxa de incidência de pobreza de 38% (CENSO, 2010).

Acerca da atualidade sabarense, com uma população estimada de 137.877 habitantes (IBGE, 2021), a cidade conta com um PIB *per capita* de 21.561,12 (IBGE, 2018), e, de acordo com a divisão feita pelo IBGE, as principais atividades econômicas, em 2018, foram as seguintes: serviços - exclusive administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social, com 1.149.482,4; seguida pela indústria, com 1.001.950,84; administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, com 535.459,13; e por fim, agricultura, com 1704,46. Contudo, o maior percentual das receitas é de fonte externa, com 71,5%. O setor de serviços (administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social) e a indústria são as principais fontes de arrecadação municipal, mantendo uma dependência socioeconômica da metrópole vizinha que abrange desde ofertas de empregos para grande parte da população sabarense e a necessidade de deslocamento para a capital até a necessidade de algum serviço especializado, uma vez que, até mesmo o serviço de atendimento médico, como maternidade, não é ofertado na cidade. Assim, não nascem crianças no município desde o ano de 2007, relação que também será discutida ao longo desse estudo, e, ainda que não seja um fenômeno localizado, mas recorrente em grande parte das cidades metropolitanas brasileira, é de extrema importância aborda-lo para identificar os impactos locais e, também, como a cidade se comportou frente a essas transformações.

## **2 DISCUSSÃO EM TORNO DO PATRIMÔNIO E A TRANSFORMAÇÃO DO DEBATE: um olhar através das cidades históricas mineiras**

Este capítulo tem como objetivo discutir os conceitos de patrimônio e suas transformações ao longo dos anos, objetiva compreender como esses conceitos estiveram atrelados à construção dos nacionalismos e focados na materialidade dos bens protegidos. Neste capítulo, também será analisado como a compreensão de patrimônio impactou na formação das primeiras políticas de preservação, considerando sua gênese na França e sua reformulação para a realidade brasileira, questão que será trabalhada sob a ótica de alguns clássicos sobre a temática. Com um recorte para o patrimônio cultural edificado, serão discutidos os processos de construção da preservação e as intencionalidades nele contidas, com destaque para o caso de Sabará.

Apresentar o debate acerca dos conceitos de patrimônio e seus desdobramentos, teóricos e práticos, não é uma tarefa fácil, visto que as distintas concepções sofreram diversas transformações e o campo é constantemente indagado a respeito de seu objeto. Essa temática teve sua discussão ampliada, nas últimas décadas, como um reflexo da intensificação das transformações espaciais e as consecutivas descaracterizações do patrimônio construído, produto da rápida urbanização. Nesse contexto, a pauta de preservação de lugares e suas tradições passa a ser, de forma mais recorrente, posta em debate.

A etimologia da palavra patrimônio, proveniente do latim *patrimonium*, remete à herança deixada pelo patriarca a seus descendentes, que permaneceu no espaço, resistindo ao tempo (CHOAY, 1999). Em um primeiro momento, o patrimônio fora associado à monumentalização, processo que utiliza da materialidade para remeter à uma memória, mantê-la viva e evocar a história comum de um grupo, como uma forma de testemunhar marcos históricos (CHOAY, 2011), exercendo um papel de reforçá-las e impedir os apagamentos. Na busca da construção de uma identificação coletiva no imaginário social, um elo fora fabricado, com o auxílio da História, para que além da materialidade, esta possua também valor assentido por um grupo, o que reforça, assim, a importância de preservá-lo. Desse modo, ao longo dos anos, o conceito de patrimônio passou por inúmeras transformações, tendo incorporado à discussão,

outros elementos e campos, compreendendo suas ramificações e expansões, movimentos que podem ser interpretados como consequências da ampliação desse debate e a incorporação de diferentes áreas do conhecimento.

À medida que as discussões avançaram, as delimitações do conceito se categorizaram em economia, cultura, natureza (GONÇALVES, 2009), extrapolando as fronteiras existentes devido à estreita ligação inicial com a materialidade. As noções de patrimônio passaram, assim, a serem discutidas em diferentes áreas do conhecimento, a fim de compreender a complexidade da temática. Dessa forma, as relações culturais, etnológicas, sociais, que atribuem sentido à conservação e elevam determinada construção ao título de patrimônio, se tornam parte indispensável do debate (CASTRIOTA, 2009). A partir dessa interdisciplinaridade, concebida nesse campo de pesquisa, as formas de conservação patrimonial foram repensadas, considerando a formação do território, os entornos, a paisagem, fatores que se tornam relevantes para que a preservação. Castriota (2009) destaca a importância de enxergar para além das chamadas *áreas históricas*, frente à necessidade de considerar o diálogo entre os entornos, a relação entre o tecido urbano e as práticas culturais, enfoques que são extremamente relevantes para a concepção e interpretação de uma cidade e sua construção. Essas novas formas teóricas de pensar o patrimônio, a partir da interdisciplinaridade, extrapolam a divisão entre patrimônio material e imaterial, facetas que são incorporados no conceito de patrimônio cultural, afinal, não podem ser vistos de forma dissociada. No Brasil, o conceito de patrimônio é, por muitas vezes, classificado entre material, se referindo ao *patrimônio de pedra e cal*, e imaterial, que abarca o *patrimônio intangível*. Ao tratar sobre as ideias em torno do conceito de patrimônio, Gonçalves (2009) considera a articulação entre os dois campos, para isso, utiliza-se de considerações feitas por Marcel Mauss: “[...] se a noção de espírito nos pareceu ligada à propriedade, inversamente esta se liga àquela. Propriedade e força são dois termos inseparáveis; propriedade e espírito se confundem (MAUSS apud GOLÇALVES, 2009, p. 27).”

Sob uma visão conjunta, as manifestações culturais, ritos, tradições, que foram consideradas como patrimônios imateriais, podem ser relacionadas à materialidade e vice versa, ambos são parte da totalidade social.

Embora esse conceito tenha sido atrelado à materialidade, existe um fator fundamental associado ao reconhecimento social, o significado adquirido pelo

patrimônio, responsável por conferir tal titularidade de relevância. As representações por trás da materialidade, ou seja, a significação do material, construída socialmente, fazem com que objetos, edificações, se tornem monumentos, parte de uma cultura e das relações entre os sujeitos.<sup>11</sup> Com o avanço da modernidade, o medo do esquecimento se torna frequente, receia-se formar uma sociedade sem memória, que constrói sua história desatrelada do passado, acentuando a necessidade de preservar lugares e suas memórias. Huyssen (2000) faz uma reflexão sobre a constante busca da modernidade em retomar o passado, frente ao medo do esquecimento, e, por essas frequentes tentativas de impedir os apagamentos, desenvolveu-se uma “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2000, p.15) que foi rapidamente apropriada pela indústria cultural.<sup>12</sup>

Durante o século XIX, apareceram as primeiras preocupações institucionais com o patrimônio, muito embora esse conceito já se fizesse presente em contextos precedentes, é no cenário moderno que a temática recebe contornos mais definidos e passa a integrar a política pública (Gonçalves, 2009). Com a formação dos primeiros estados nacionais, surgiram também os nacionalismos, a fim de manter a coesão dos novos territórios tão diversos culturalmente. No intuito de despertar o sentimento de pertencimento, o patrimônio edificado foi utilizado para construir a ideia de lugar comum, que evoca memórias de um passado partilhado por determinado grupo, e, por isso, era considerado relevante e necessário para preservar as características da comunidade. Conservar sua estrutura seria uma forma de proteger a história dos apagamentos, o que auxiliaria na concepção de uma mentalidade sobre aquele local e suas representações, conseqüentemente, formadoras de uma identidade coletiva.

Foi na Europa que se deu o surgimento da preocupação com o patrimônio acompanhada de uma política institucional de proteção.<sup>13</sup> Inicialmente, o interesse

---

<sup>11</sup> Aqui menciono a presença fundamental da relação de ressonância, questão discutida por Gonçalves (2005) acerca do conceito apresentado por Greenblatt (1991): “Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”. (GREENBLATT, apud GONÇALVES 2005, p.19)..

<sup>12</sup> O autor chama atenção também para o paradoxo existente entre memória e esquecimento. O excesso de lembranças pode influenciar na forma como a sociedade lida com a memória, mas o esquecimento é intrínseco a essa questão.

<sup>13</sup> É válido ressaltar a discussão feita por Gonçalves (2009) que patrimônio, como categoria, não é algo exclusivo da modernidade, uma vez que, desde os tempos mais primórdios, podem ser identificados estratégias para a preservação, não só de objetos materiais, mas de ritos e tradições. Contudo, os primeiros debates para a criação de uma política institucional de preservação são tomados durante a modernidade.

principal dessas políticas estava voltado às construções suntuosas que remetiam aos gloriosos dias da monarquia europeia e seus triunfos, tais como igrejas, palácios, monumento, edificações que eram consideradas *testemunhas do passado*, vistas como “arquitetura erudita”, deixando o que estava fora dessa classificação, inalcançado pela política inicial de preservação (CHOAY, 1999). Esse fato diz muito sobre a condução do processo de proteção e como ele está diretamente ligado à transformação do espaço, revela o ambiente urbano enquanto organismo vivo, que expressa intencionalidades nos planejamentos sobre o que será apagado, reformado e até mesmo conservado. Assim, o conjunto urbano como um todo é peça fundamental para a compreensão do patrimônio: ruas, edificações, bairros, fazem parte de um enredo a ser contado.

Choay (1982) destaca que a França foi o primeiro país a realizar tombamentos de edificações, ações que, naquele contexto, se associavam à monumentalização, com o intuito de narrar à história de conquista do país e eternizá-la materialmente como “testemunha do passado”. Essa prática de conservação começou a se espalhar pelo mundo por volta de 1870, contudo, foi por meio das Conferências Internacionais de Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em 1931, em Atenas, que a pauta de preservação atingiu um número maior de nações. Ainda que os primeiros países participantes desse evento fossem europeus, o debate sobre a dinâmica da ocupação urbana e a necessidade de se criar políticas para preservar alguns conjuntos arquitetônicos, foram cruciais para despertar a ação de proteção do patrimônio em outros países que futuramente se engajariam na causa. Um exemplo disso é o Brasil, que se utilizou de trechos da Carta de Atenas<sup>14</sup> para orientar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, órgão fundado durante o governo de Getúlio Vargas e idealizado por Mário de Andrade, questão que será retomada ao tratar especificamente da relação brasileira para com patrimônio.

Ao lançar um olhar sobre os processos de tombamento, preservação do patrimônio e suas dimensões, é preciso reforçar o campo de disputa em que se encontra. Ainda que o patrimônio possua ligação com um passado importante de ser lembrado, é necessário que faça sentido preservá-lo, que seu significado ressoe no

---

<sup>14</sup> Documento produzido durante as conferências iniciadas em 1931, que estabelece medidas para assegurar a conservação do patrimônio edificado, considerando as questões políticas e socioeconômicas essenciais para compreender a ocupação urbana.

presente, e, além disso, para ser caracterizado como tal é essencial que um grupo reconheça sua relevância, como parte da representação de sua história, e, portanto, que seja de interesse coletivo mantê-lo , como Choay destaca:

A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa maneira encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 1999, p. 16)

Dessa forma, compreende-se a preservação como um campo bastante desafiador. É preciso conservar para além do âmbito material, considerando os processos de significação por trás dos patrimônios, e, então, refrear os apagamentos. A conexão intrínseca com a memória faz transparecer a dimensão sensível, associando o tempo evocado e o tempo presente, que é capturado pelo indivíduo, e não pode ser considerado apenas uma representação coletiva, mas uma construção gradual que confere significância para um segmento social (RUBINO, 2011).

O avanço da modernidade acarretou grandes mudanças no campo do patrimônio e no espaço da cidade. As construções tombadas geram um embate na sociedade civil, principalmente quando se trata das propriedades privadas. Atrelada às questões históricas e identitárias, a política patrimonial muitas vezes confronta-se com a funcionalidade do espaço e sua ligação para com a sociedade, uma vez que a preservação não poder levar ao desuso e esvaziamento. No caso brasileiro, como será exposto na seção seguinte, existem diretrizes a serem cumpridas pelos proprietários de acordo com o tipo de tombamento que o imóvel sofreu. Boa parte dos imóveis protegidos são passíveis de intervenções com o objetivo de modernizá-los desde que não haja uma profunda descaracterização. Essas incorporações são vistas, por alguns especialistas, como necessárias para a manutenção da utilidade do espaço, para que essas edificações não se tornem espaços vazios, ponto que revela mais uma outra disputa do campo do patrimônio, conservação e modernização.

## 2.2 O caso Brasileiro

Antes de ser abordado o processo de institucionalização do patrimônio brasileiro, é preciso reconhecer o importante papel do movimento modernista para a elaboração das pautas de conservação. Entre o fim do século XIX e início do século XX, muitos intelectuais se enveredaram em expedições por todo o Brasil a fim de conhecer as raízes do país, os regionalismos e sua diversidade cultural, como um movimento de busca pela identidade nacional. Conhecer o território e suas culturas foi de extrema importância para que o patrimônio cultural fosse reconhecido e preservado. Antes de mencionar os modernistas de 1922, envolvidos na criação do SPHAN, é necessário destacar um movimento moderno antecessor, ainda em 1870, em que homens como Graça Aranha, Euclides da Cunha, transitaram pelos interiores brasileiros e relataram sobre a diversidade e cultura, tecendo descrições as quais despertaram grande interesse nos artistas Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, e outros modernistas que, durante os anos de 1920, circularam o Brasil com o intuito de conhecer e registrar as belezas de um país diverso, num processo de redescobrir as cidades e suas artes relegadas ao esquecimento pela ausência de visibilidade.

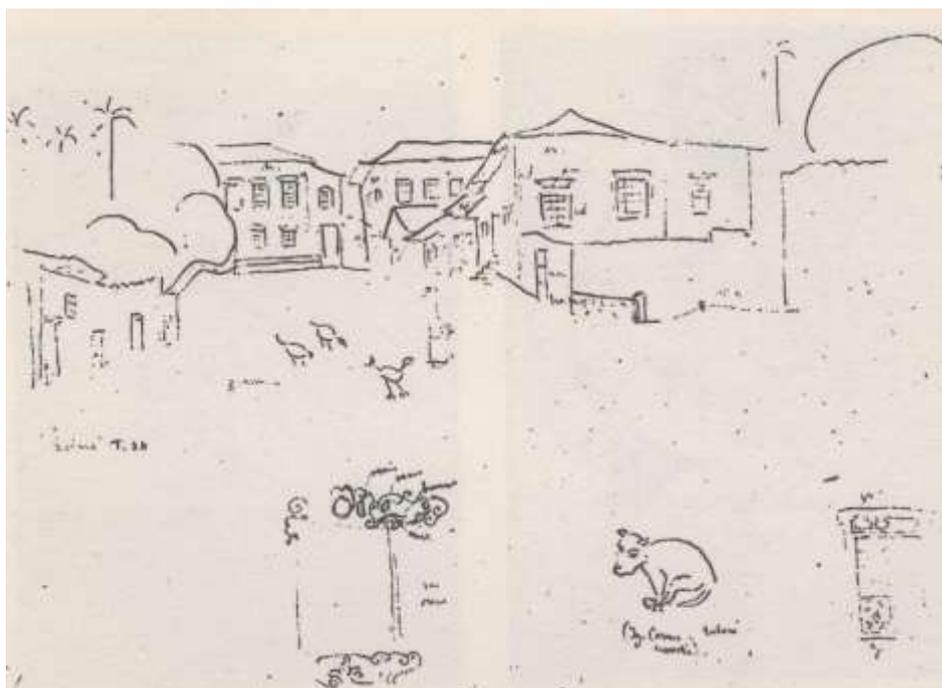
A política patrimonial brasileira começou a ser de fato debatida após a instauração da república e a realização das reformas urbanas que, movidas pelos ideais higienistas, demoliram construções que eram consideradas, pelos urbanistas da época, como destoantes à paisagem. Rubino (2011) ressalta que sob esse estado ameaçado, causado pelas reformas, se torna urgente a discussão sobre o patrimônio enquanto política pública, e, assim, se inicia o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio histórico brasileiro, regulamentação que se desenvolveu “de cima para baixo” (RUBINO, 2011, p.4757). Um dos fatores importantes para iniciar a discussão do patrimônio e sua conservação, na esfera política brasileira, foi o reconhecimento do território e sua diversidade. Esse movimento buscou conhecer a fundo as riquezas do Brasil, lançando o olhar para os confins mais esquecidos pela nação, mas que, no entanto, possuíam grandes riquezas culturais, danças, obras de arte, todas ignoradas e sem grande projeção no país.

A busca em apreender o que de fato vem a ser a cultura brasileira fez com que os modernistas, durante o ano de 1924, viajassem até Minas Gerais, mais especificamente às cidades marcadas pela extração aurífera e de características

coloniais, como um processo de reencontrar nas cidades barrocas suas riquezas artísticas. O grupo composto por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteadó, René Thiollier e Blaise Cendrars (AMARAL, 1997) realizaram uma expedição turística pelas cidades de São João Del Rei, Tiradentes, Congonhas do Campo, Sabará e Ouro Preto, conhecendo as grandes obras de Aleijadinho e da cultura barroca, interpretadas, por esses artistas, como algo imanentemente brasileiro. Assim, a estética setecentista tornou-se o alvo principal a ser preservado nessas cidades, já que descrevia grande parte da história do período colonial brasileiro, e, as artes contidas nas igrejas e casarios, carregavam consigo a marca de um período próspero de Minas Gerais. Um ponto intrigante é um grupo de vanguardistas estarem redescobrimdo uma paisagem antiga que, aos poucos, se deteriorava, porém, é marco da originalidade que os conduzia em busca da identidade brasileira, uma retomada às raízes. (AMARAL, 1997).

Durante a viagem pelas cidades mineiras, a artista Tarsila do Amaral, além dos registros escritos, também retratou a paisagem de Minas através de seus esboços. A coleção denominada “Viagem a Minas”, conta com uma série de desenhos produzidos durante a passagem da artista, em 1924, dentre esses a cidade de Sabará também é retratada.

Imagem 1 - Cidade de Sabará, de Tarsila do Amaral



Fonte: AMARAL apud AMARAL 1975.

Em uma das ilustrações, Tarsila retrata uma rua do centro de Sabará cujas características setecentistas são evidenciadas nas edificações e nos contornos das ruas representadas pelo croqui da artista apresentado acima. Esse registro também retrata parte da arquitetura da Igreja do Carmo, que conta com obras feitas por Aleijadinho e chamam atenção pela riqueza de detalhes nas esculturas sobre as portas e frontispício. Dentre os elementos da vida cotidiana, a arquitetura dos casarões e muros é o foco da imagem produzida, a paisagem urbana é contrastada com certo ar de bucolismo, os casarios, aos olhos observadores da artista, dividem espaço, aparentemente, com algumas galinhas que ciscam pelas ruas e um cachorro que é colocado ao lado de um detalhe da Igreja já mencionada. Esse croqui, se somado a outros relatos da década de 1920, nos auxiliam a compreender a paisagem urbana da cidade de Sabará e alguns dos impactos que sua paisagem causava no observador. É interessante, por exemplo, estabelecer um diálogo entre os desenhos mencionados e a descrição feita em uma crônica escrita pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, publicada em 1928, acerca de sua *Viagem à Sabará*. Sob o ponto de vista desse observador, a cidade exibiu um contraste entre o passado e o presente, a industrialização, representada pela siderurgia ali presente, e a nostalgia despertada ao caminhar pelas ruas da cidade.

Listada dentre as *idades mortas que são as mais vivas de Minas* (DRUMMOND, 2020, p.115), Sabará é citada pelo autor como uma cidade capaz de conduzir ao passado os que transitam através de suas ladeiras, efeito metaforizado como uma *queda no abismo, abismo dos séculos*, imersão que o despertou sensações de paz e tranquilidade. Para Drummond (2020), conhecer Sabará, através de seu patrimônio, é uma experiência diferente de conhecer as demais cidades históricas mineiras, já que o elemento histórico é mais relevante que os detalhes artísticos. Esse processo de (re)conhecimento é descrito como tarefa para os que querem conhecer a fundo a história de Minas Gerais, afinal, o passado nessa cidade não é *de aluvião*, não há muitos episódios histórico narrados naquelas ruas ou ocorridos que associam memória, história e lugar, como ocorre em Ouro Preto, onde todos os cantos da cidade são marcados por detalhes de eventos seculares.

Seus trabalhos são coisas que podemos mostrar sem susto, como a colcha de damasco, a toalha de renda, o castiçal de prata. Envaidecem. E depois

dão lucro; necessidade de fomentar o turismo, indústria incipiente e de grandes possibilidades; o dinheiro que circula e tilinta nos bolsos; atividades que se intensificam; seria até o caso de posturas municipais [...] Não digo tais coisas com o pensamento detido em Sabará. Noto apenas um estado de espírito mais ou menos generalizado e que afinal, bem pesadas as coisas, serve mais é para demonstrar a grandeza do Aleijadinho. (DRUMMOND, 2020, p. 121)

Ainda que Sabará tenha integrado o roteiro desses importantes viajantes, a cidade não fez parte dos primeiros trabalhos de preservação da paisagem colonial mineira. Apesar de guardar importantes trabalhos do mestre Aleijadinho e possuir obras das três fases do barroco mineiro, Sabará não era a representação perfeita que os modernistas buscavam para ilustrar seu projeto de resgate ao que é essencialmente brasileiro, porque as transformações espaciais realizadas, já na década de 1920, comprometiam o ar histórico e barroco. Muitas fachadas haviam passado por reformas e fortes descaracterizações, o conjunto urbano já era bastante espaçado no que diz respeito ao número de imóveis do século XVIII e XIX, além disso, o núcleo histórico contava com novas arquiteturas, mais modernas, e os imóveis que restaram não se encontravam em bom estado de conservação, muitos estavam ameaçados de cair. Outro fator marcante, que já fora mencionado no primeiro capítulo, é o caso da instalação da Companhia Siderúrgica de Minas Gerais, pois, após esse ocorrido, a cidade passa a ser enxergada sob outro ponto de vista, agora sua principal fonte de renda não provinha mais da extração aurífera e setores dependentes dessa atividade, e a siderurgia se tornou a principal responsável pela economia de Sabará.

Devido a isso, a indústria recebeu uma grande liberdade para interferir diretamente nos arranjos espaciais da cidade, como a expansão das áreas urbanizadas, criação de novos bairros e loteamentos projetados para abrigar a massa de trabalhadores dessa indústria, bem como a implantação e expansão de serviços à comunidade. Assim como outras cidades do estado, marcadas pela extração aurífera, Sabará passou a ter os processos do ferro (mineração e siderurgia) como atividade dominante, passando a viver em função disso. A cidade é, dessa forma, marcada pelo projeto de crescimento de novas áreas urbanas, tendo a questão patrimonial relegada a segundo plano, ficando fora das prioridades do SPHAN, e do próprio estado de Minas Gerais, por ter sido elevada à condição de cidade monumento. Por essas razões, Sabará é denominada, por Silvano Santiago, como a “prima pobre”<sup>15</sup> dos

---

<sup>15</sup> Após analisar brevemente um excerto do IPHAN, de 1930, Santiago (2010) conclui caracterizado Sabará como a prima pobre, que devido as perdas arquitetônicas e a inserção de novas construções,

municípios mineiros (SANTIAGO apud ALMEIDA, 2010, p.13), quando comparada às demais cidades históricas de Minas, enquanto Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Diamantina, eram destacadas, no cenário brasileiro, como locais turísticos a serem explorados, devido ao grande potencial cultural que mereceria investimentos dos diversos setores de serviço. Sabará acaba por ser escolhida para criar distritos industriais e abrigar parte da população metropolitana que cresceu rapidamente durante os anos de 1980.

O movimento contrário ocorreu com a cidade de Ouro Preto, que chama atenção pela beleza das construções setecentistas e a preservação do conjunto, utilizada como experiência inicial para os primeiros trabalhos de tombamento do SPHAN, logo em 1937. Criou-se uma narrativa de relevância história entorno da cidade e o quanto a preservação desse local é necessária para a valorização da cultura brasileira. Contudo, se tratando das questões arquitetônicas, Castriota (2009) discorre sobre a pressão estética exercida pelas políticas de conservação em torno da cidade, que, inicialmente, preocupava-se em preservar mais com um viés artístico do que histórico propriamente dito. Lúcio Costa, arquiteto responsável pela idealização do SPHAN e seus primeiros trabalhos, enxergava Minas Gerais e suas características barrocas como essenciais para a compreensão da história brasileira e, assim, conseqüentemente, importante para a construção do projeto de nação que ganhava força após 1930. O estado transparecia ser uma referência no que diz respeito à arte, e, intencionalmente, deveria repercutir, em grandes esferas, esse sucesso (RUBINO, 1991). Após conhecer Minas Gerais, o arquiteto diz ter conhecido a “genuína arquitetura brasileira” (CASTRIOTA, 2009, p. 72), se referindo às construções do século XVIII, período em que consideravam ter surgido as características arquitetônicas do país. Castriota (2009) chama atenção para os impactos do foco das políticas iniciais do SPHAN estar voltado para características setecentistas, o que levou, nessas cidades, ao apagamento do que fazia parte do século XIX, como uma conseqüência de não serem priorizadas no projeto de conservação, uma vez que esse estilo arquitetônico não conversava com a proposta de cidade histórica como um museu a céu aberto e quebrava a homogeneidade do espaço. A busca pela conservação, nesse momento, não considerava as

---

deixa de ser inscrita como Cidade Monumento no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

transformações do espaço urbano, as incorporações nele vivenciadas, e, o que não remetia ao barroco era desconsiderado, mal visto, percebido como um corpo estranho, como ressalta Silvana Rubino: "Havia uma necessidade premente de se excluir as marcas de um passado recente indesejável e do mesmo modo que os tombamentos demarcaram uma geografia do passado brasileiro, desenharam para este um mapa temporal". (RUBINO, 1991, p. 136). Assim como todo processo de tombamento contém intencionalidade, o trabalho inicial do IPHAN, em Minas Gerais, se preocupou em destacar as edificações que pertenciam ao século XVIII. Como Silvana Rubino (1991) mostra através dos dados sobre os Conjuntos de bens tombados pelo SPHAN em Minas, durante os primeiros trinta anos de atividade desse órgão, foram realizados 144 tombamentos, sendo, 124 desses, datados do século XVIII, com foco para o patrimônio religioso.<sup>16</sup> O estado mineiro fora designado como palco de reificação do período setecentista, e, para tanto, teve selecionado o que deveria ser mostrado, preservado, o que levou as produções do século XIX e as modificações trazidas pela república a serem relegadas ao esquecimento, ficando mais exposta aos apagamentos do tempo. Outro fator a ser considerado é a seleção das cidades a serem mostradas, enquanto Ouro Preto exercia o modelo de cidade patrimonializada e artística, Sabará, outra cidade também relevante durante o período aurífero, foi preterida nos planos de preservação patrimonial, fundamentado no preceito estético-estilístico<sup>17</sup>. Durante o estabelecimento dos critérios de tombamento, a cidade já havia passado por forte processo de descaracterização do centro histórico, não expressava um padrão e uniformidade de estilo arquitetônico, portanto, não se encaixava no projeto inicial do SPAHN, questão que o arquiteto Lúcio Costa relata:

Assim, segundo os arquitetos modernistas, os sítios urbanos, além de coloniais, deveriam ter características estilísticas uniformes ou passíveis de restauração da sua uniformidade, equiparando-se a uma obra de arte. Também deveriam estar longe das pressões e ameaças de modernização do progresso, consequentes à industrialização ou ao crescimento das grandes cidades. Na ausência dessa condição, tais sítios eram desconsiderados, e

---

<sup>16</sup> Ao analisar os primeiros tombamentos realizados no Brasil, a nível federal, no estado de Minas Gerais, os dados apresentados por Rubino (1991) chamam atenção para a intencionalidade em caracterizar o estado como representante do século XVIII, uma forma de reforçar a memória do período colonial, diretamente ligadas à exploração aurífera e a prosperidade econômica já vivida, que refletiu no campo artístico, associada às grandes obras barrocas.

<sup>17</sup> Lia Motta (2002) reforça os fundamentos utilizados pelo IPHAN, no território de Minas Gerais, em cidades coloniais, e a tentativa de uniformizar o espaço, através de edificações com critério estilístico barrocos ou que se assemelhem aos do século XVIII. Os primeiros tombamentos foram baseados em critérios estilísticos-arquitetônicos.

eram selecionadas apenas as edificações coloniais de caráter monumental em seu interior. (COSTA *apud* MOTTA, 2002, p. 128)

Em entrevista a Lia Motta (2002), o arquiteto à frente dos primeiros processos de tombamento a nível federal, justifica o não tombamento da cidade de Sabará baseado nas questões citadas no excerto. Sabará passou por processos de demolições, alterações de fachada, o que descaracterizou o ar colonial, e tornou os conjuntos urbanos não uniformes. Além da cidade não apresentar um padrão estilístico, a proximidade da metrópole sujeitava a área a pressão pela modernização, questão que poderia colocar em prova a solidez do recente Decreto-lei 25<sup>18</sup>, incumbido de definir o que vem a ser patrimônio histórico e artístico nacional e instituir sua proteção. A cidade passou a ser vista como um território em expansão, e, por isso, preservar o patrimônio histórico de possíveis alterações não seria interessante para a economia e os novos rumos trazidos pela industrialização.

Imagem 2: Igreja São Francisco. [S.D] Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo privado de um morador da cidade.

---

<sup>18</sup> Criado em 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas, o decreto, além de definir o que vem a ser patrimônio e seus limites, estabelece medidas de intervenção para preservá-lo, tendo como a principal delas, a questão do tombamento.

Assim, edificações importantes para a história da cidade, mas que não expressavam suntuosidade e aspectos artísticos tão destacáveis, sob a ótica exposta anteriormente, não foram considerados como importantes de preservar, acelerando ainda mais a exposição desses imóveis e consequências como reformas e demolições. Contudo, as medidas de conservação do patrimônio edificado e os processos de tombamento, pautados no Decreto-lei 25, não se estenderam para além dos imóveis tombados, o que, na cidade de Sabará, contribuiu para que a descaracterização dos entornos ocorresse rapidamente, visto que haviam muitos espaços vazios nos arredores das igrejas, chafarizes, e no próprio núcleo histórico, espaços em que, ao longo dos anos, foram inseridos novos imóveis com arquiteturas diferentes, cujas incorporações exibiam uma arquitetura moderna.

Imagem 3: Igreja São Francisco, 2019.



Fonte: Ignácio Gagliardi

Em um breve comparativo entre as imagens acima, pode-se perceber a alteração do espaço ao longo dos anos e como sua ocupação foi se modificando. A primeira imagem revela parte da Igreja de São Francisco se destacando na paisagem urbana por entre alguns telhados antigos, são perceptíveis os espaços vazios ao redor da edificação. Já na segunda imagem, uma representação mais atualizada do mesmo

local, chama atenção pela quantidade de imóveis recentes ao redor da Igreja, com características modernas, distantes da arquitetura representada pela edificação tombada. Jaqueline Silva (2012), em seu estudo sobre a inserção de novas arquiteturas em Sabará, analisa o posicionamento por parte do IPHAN no que diz respeito à inserção de novos estilos arquitetônicos nos arredores das construções tombadas:

Ou seja, quando inseridas de forma afastada de bens tombados e do núcleo preservado, as novas edificações poderiam ser projetadas de forma simplificada, sem a necessidade de utilizar as características das edificações existentes. Porém, quando localizadas nas proximidades de bens tombados e com entorno preservado, essas deveriam se utilizar dos elementos característicos das edificações de estilo colonial, não buscando nenhuma diferenciação entre às edificações existentes. Sendo assim, a busca pela harmonia, relação entre a nova edificação com a edificação existente, identificada nos escritos das Cartas Patrimoniais, era realizada por meio da utilização das características tradicionais nas novas edificações. (SILVA, 2012, p. 71)

Embora tenham existido legislações e processos que tramitavam para que esses novos imóveis fossem construídos, o descontrole é nítido ao se observar a paisagem atual, como é possível perceber na imagem 3. As construções próximas foram sendo inseridas sem a preocupação em manter uma proximidade com a arquitetura barroca inspirada inicialmente pela cidade, movimento oposto ao que ocorreu em cidades como Ouro Preto, onde os espaços vazios nos entornos das edificações tombadas só poderiam ser construídos desde que obedecessem a um padrão arquitetônico, que contribuísse para a homogeneização da cidade, questão que reforçou o ar de histórico e barroco, assim foi mantida como cidade artística. A manutenção ou incorporação dos espaços da cidade são questões importantes de mencionar como um resultado da dinâmica socioespacial, controlada ou não por políticas estatais. No caso de Sabará, a não existência de um termo específico sobre o uso e a ocupação do solo que determine, de maneira detalhada, como serão as novas construções, bem como a fiscalização dessas por parte dos órgãos responsáveis pelo patrimônio, contribuiu para que o núcleo histórico se tornasse heterogêneo sob o ponto de vista espacial. A única diretriz que controla a ocupação do centro histórico, ainda hoje, é baseada no Decreto-lei 25, que proíbe novas construções cujo perfil prejudique a visualização da edificação tombada.

A conservação, sob o aspecto das considerações da legislação brasileira, é vista como um interesse da sociedade, para além do indivíduo, e, por isso, se sobressai aos limites da propriedade privada. O Estado designa medidas a serem cumpridas pelos proprietários de imóveis por esses constituírem parte da memória coletiva e expressarem parte da história de uma localidade. Assim, cabe ao estado conduzir o processo de guarda dessas edificações e auxiliar em suas preservações, atuando de forma que os imóveis não percam seu uso e o processo de tombamento não os esvazie de sentidos e significados. Ao mesmo tempo, faz-se necessário o cuidado para que a utilização do espaço não represente um risco ou um impasse para o processo de preservação do patrimônio.

Antes de mencionar a criação do primeiro órgão brasileiro responsável pela preservação do patrimônio, realizador dos primeiros tombamentos oficiais, é necessário considerar o movimento dentro do governo de Minas que precede a criação do SPHAN e seu interesse em preservar a cultura mineira, reconhecendo a relevância desse para a consolidação da identidade do estado. O projeto do jurista Jair Lins, criado no ano de 1925, tratou sobre uma preocupação em preservar o patrimônio mineiro e quais deveriam ser os aportes legais para que tal medida fosse estabelecida no estado, questão que ganhou força após a viagem dos modernistas, mencionada anteriormente, e o reconhecimento dado às cidades históricas mineiras. (RUBINO, 1991). O projeto contou com o apoio do governante mineiro Mello Vianna, que designou um corpo técnico para se dedicar aos estudos do patrimônio e apresentar medidas de proteção patrimonial, dando destaque ao aspecto artístico presente nessas edificações. Em um de seus textos, Jair Lins argumenta em defesa da conservação do patrimônio e o quão importante é para uma nação:

Quando não havia sequer os rudimentos de quaisquer instituições ou leis, a arte já existia. Surgiram, de começo, os desenhos e os adornos... A arte, pois, como sombra do homem, nasceu com ele e o vem acompanhado através de todas as idades. Daí sua grande importância quanto às histórias das raças e nações em especial, o que principalmente ditou, nos diversos países civilizados, as medidas legislativas tendentes à proteção de seus e seus patrimônios artísticos. (LINS *apud* RUBINO, 1991, p. 43).

É possível identificar, no discurso de Lins, a proximidade com a proposta de criação do SPHAN, que preza por questões muito caras ao projeto de nação construído, idealizado durante o governo de Getúlio Vargas, em que a arte seria um

dos instrumentos para a consolidação da identidade nacional. A preocupação com as questões patrimoniais ganha força durante os anos de 1930 e passa a ser institucionalizada durante o governo Vargas, em 1937. A pauta foi encabeçada pelo escritor modernista Mário de Andrade, , que intercedeu a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, para que a temática do patrimônio fosse incorporada ao ministério, que resultou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, posteriormente, se tornou *IPHAN* (CHUVA, 2012). Sob esse cenário, em 13 de janeiro de 1937, a lei 378 estabelece, em seu primeiro artigo:

Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento a conservação enriquecimento e conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 1937)

A criação desse órgão e a maneira como suas atividades foram desenvolvidas inicialmente podem ser interpretadas como parte do reflexo da política varguista. Como já mencionado anteriormente, o patrimônio foi utilizado para forjar a identidade comum durante a formação dos estados nacionais, com o intuito de despertar o sentimento de nacionalismo, ponto que esteve em destaque durante o governo de Getúlio Vargas, principalmente entre os anos de 1937 e 1942. Criar uma cultura brasileira coesa, unânime entre os estados, fazia parte do plano político de valorização do país. Assim, é montado o primeiro corpo técnico responsável por realizar os tombamentos em todo Brasil.

Embora a premissa da diversidade dos modernistas fosse uma inspiração para o princípio do SPHAN, os primeiros estudos feitos se voltaram para as edificações e monumentos suntuosos, seguindo uma tendência europeia datada do século XIX. Os primeiros tombamentos realizados pelo órgão foram edificações coloniais, principalmente envolvendo a estrutura de poder colonial e poder religioso, grande parte construída durante o século XVIII, motivo que pode ser associado ao corpo técnico inicial ser composto, majoritariamente, por arquitetos. (CHUVA, 2012).

Somado a isso, os primeiros tombamentos realizados no Brasil estavam calcados sob a justificativa das três raças, europeia, indígena e africana, sendo a cultura europeia, naquele momento, a mais valorizada e considerada como a maior responsável por erigir as edificações relevantes. O reconhecimento dos patrimônios culturais associados às demais esferas culturais e considerando as questões

imateriais, só passam a fazer parte das políticas públicas após a década de 1970 e se amplia após a constituição de 1988, que abarca a cultura de maneira mais democrática.

### **2.3 O decorrer do processo de tombamento do patrimônio cultural sabarense**

A política do tombamento foi uma das primeiras adotadas pelo estado para refrear os apagamentos da história e as transformações do espaço ao longo do tempo. Como mencionado acima, os processos de tombamentos no Brasil se iniciaram em 1937, e o estado de Minas Gerais foi um dos primeiros a ser contemplado por essa política, que priorizou, naquele contexto, guardar as obras coloniais de maiores suntuosidades, que estavam ligadas ao patrimônio religioso.

Em relação ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, atualmente, Sabará conta com cerca de 240 construções como parte do patrimônio inventariado, com a execução do tombamento feito entre três instâncias: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e Secretaria Municipal de Cultura de Sabará. De acordo com o levantamento feito durante a pesquisa, identificou-se que vinte e um desses tombamentos foram realizados pelo IPHAN, quatro pelo IEPHA, que trabalhou para preservar as construções mais distantes do núcleo da cidade, localizadas nos distritos. A municipalidade, por sua vez, se ocupou em proteger os conjuntos urbanos que, em sua maioria, fazem parte da arquitetura setecentista e oitocentista da cidade, mas abarca, também, outras construções com características modernistas, a fim de evitar possíveis descaracterizações.

O processo de tombamento em Sabará se iniciou em 1938, em instância federal, com sete construções, sendo essas, seis igrejas: Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Nossa Senhora das Mercês, Igreja Nossa Senhora Ó, Igreja Nossa Senhora Rosário, Igreja Nossa Senhora dos Anjos da Ordem 3º de São Francisco de Assis, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, e a Casa Borba Gato. É possível observar que, assim como as demais cidades coloniais mineiras, Sabará seguiu a tendência de tombar primeiramente o patrimônio religioso, questão discutida no subitem anterior, ao mencionar os dados de tombamentos em Minas Gerais, expostos por Rubino (1991). Uma exceção dessa primeira série de tombamentos é a Casa à

Rua Borba Gato (atualmente denominada Casa Borba Gato), a única obra de arquitetura civil de propriedade privada tombada ainda em 1938<sup>19</sup>, localizada em rua homônima, no centro histórico de Sabará, o sobrado chama atenção por preservar as características colonial originais. Seu processo de registro nos Livros de Tombos não consta informações sobre o histórico do imóvel ou descrições sobre sua estrutura, mas a característica arquitetônica do imóvel, que remete aos meados do século XVIII, se encaixando nos termos do artigo 4º do decreto-lei 25, o que leva a crer na inclusão dessa edificação na primeira leva de tombamentos. Todas as edificações estão localizadas dentro do núcleo urbano de Sabará<sup>20</sup>, cuja característica é recorrente desde o século XVIII.

O processo conta brevemente a história de algumas das igrejas tombadas, detalha suas particularidades artísticas e arquitetônicas, pontos como projeto estrutural e suas funcionalidades, material utilizado na construção, intervenções realizadas. Contudo, há uma preocupação com o estado de conservação do patrimônio, como pode ser visto no seguinte excerto sobre a Igreja de São Francisco:

O seu estado de conservação é de causar espanto. Por fora ainda a construção em pedra e cal se mantém um tanto protegida. Só a patina revestindo as peças deste material e os ornatos de pedra sabão denota um certo abandono; por dentro é a ruína bem apressada em todas as peças de madeira nuas. Os trabalhos de talha mostram-se como eram na época da construção, só as diversas camadas sobre o alvaiade primitivo denunciam a imperfeição dos trabalhos de conservação que ella recebeu a doze annos por cooperação particular. (SPHAN. Processo nº 67-T-38, SPHAN/DET. Seção História, 1938, fl. 8-9).

Durante o processo de reconhecimento do bem, o estado de conservação já é citado como um fator preocupante, problema que não desaparece após o tombamento. Apesar de estar tombado, a ameaça constante devido a falta de manutenções preventivas, contribui para o estado precário e vulnerável do patrimônio em Sabará. Além disso, o processo destaca a simplicidade da Igreja de São Francisco e a falta da coerência entre a edificação e os objetos sacros ali expostos, deixando claros os critérios estéticos e relegando essa obra a um segundo plano frente ao patrimônio mineiro, por ser considerada como de menor expressão em relação às

---

<sup>19</sup> Tombamento em 17 de junho de 1938.

<sup>20</sup> Se compararmos o mapa atual da cidade Sabará com o mapa de ocupação inicial apresentado por Passos (1942), as edificações mencionadas como tombadas em 1939, sempre estiveram inseridas em ambiente urbano.

demais obras, concepção perceptível pela constante repetição do adjetivo “pobre” nas descrições dos detalhes da edificação como um todo.

Os próximos tombamentos realizados pelo IPHAN, na cidade, ocorreram em 1949, sendo eles, Passo de Nossa Senhora do Carmo, Passo à Rua Sapucaí, Capela do Pilar, Capela de Sant’Ana, Chafariz do Rosário, Chafariz do Kaquende e Solar Jacinto Dias (também conhecido como Solar Padre Correa e, posteriormente, Paço Municipal), baseados no artigo 4, número 3, do Decreto Lei 25, inserido, então, no Livro de Tombo de Belas Artes por serem considerados obras de arte erudita.

Dentre os monumentos mencionados, apenas a Capela do Pilar não pertencia ao poder público, a Ordem dos Franciscanos era detentora da edificação, que ficava anexada ao Hospício Terra Santa, casarão construído durante o século XIX para abrigar os franciscanos. Essa interdependência entre os imóveis, e a relevância artística-arquitetônica de ambos, fez com que surgisse interesse também em tomba o casarão. Essa segunda leva de tombamentos em Sabará pode ser vista como uma tendência do IPHAN, que, após se ocupar na preservação do patrimônio sacro de grande expressão regional, preocupou-se em guardar chafarizes e obras de menor expressão artística, mas cuja estética está atrelada aos séculos XVIII e XIX.

Na sequência, foram realizados tombamentos em 1958, a Igreja de Santo Antônio do Pompeu, em 1963, o Teatro Municipal, e, o último, concluído em 1965, Conjunto urbano da Rua Dom Pedro II. A partir da listagem de bens é possível constatar que todos eles carregam fortes traços coloniais e são os maiores responsáveis por manter a caracterização que evoca a história da cidade, que passou por contínuas descaracterizações. Além disso, os imóveis que não foram atingidos por tal medida de guarda foram gradualmente substituídos por outros de arquitetura moderna ou passaram por reformas que os descaracterizaram, dando sequência a descontinuidade arquitetônica já observada no início do século XX.

A constante priorização do patrimônio que está inserido no núcleo histórico da cidade, expôs a sucessivos apagamentos as edificações que se situam fora do contorno urbano da cidade. Muitas dessas construções se mantiveram erguidas devido ao cuidado e preocupação da comunidade local em preservá-las, como o caso da Igreja de Santo Antonio do Pompéu, localizada em um pequeno povoado de mesmo nome, próximo ao antigo distrito de Mestre Caetano. No processo de tombamento da referida igreja é mencionada a desfiguração da fachada da capela,

apenas a parte interior está preservada, contudo, a relevância histórica, por ser datada das primeiras décadas do século XVIII, faz com que seja interessante sua preservação. Em contraponto, o caso da Capela de Nossa Senhora da Soledade é um exemplo de descaso para com o patrimônio afastado do espaço urbano. Construída nas primeiras décadas do século XVIII, a localidade era um ponto de referência para os viajantes que chegavam à Sabará, servindo também de pouso para os tropeiros. A igreja passou por constantes modificações, e, ao longo dos anos, teve sua estrutura fortemente comprometida. Após constantes notificações da comunidade local, em 1980, a igreja desabou, sendo posteriormente reconstruída de acordo com o modelo original, mas, contudo, muitos detalhes se perderam. Outros dois exemplos são as capelas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia, ambas localizadas no distrito de Mestre Caetano, onde a falta de ações de conservações e guarda do patrimônio fizeram com que ambas edificações corressem sérios riscos de desabamento, além de estarem localizadas em área de interesse de mineração. Atualmente, as capelas passam por reforma, foram notificadas pelo IPHAN e tombadas pelo IEPHA, e estão sob a guarda da iniciativa privada, que detém o direito de exploração mineral no distrito. Por esse motivo, as capelas têm seu acesso controlado para a comunidade o que faz com que sejam desconhecidas por grande parte da população.

Embora a preservação esteja garantida por lei, é perceptível a decadência de boa parte desse conjunto arquitetônico, interna e externamente. É notável a necessidade de obras urgentes, como a correção de vazamentos, restauros em pinturas e adornos, pintura externa, reparo estrutural, troca de telhado, ações que demandam altos gastos e aval do próprio IPHAN. As pendências citadas geram certa aparência de descaso para com o patrimônio, que acabam por não exibir o melhor de sua beleza, o que tornar a cidade menos atrativa turisticamente e até mesmo aos olhos dos que nela vivem.

O governo brasileiro, através do IPHAN, promoveu, a partir de 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento voltado para as cidades históricas (PAC-CH), que tinha como objetivo preservar e salvaguardar o patrimônio de maneira mais assertiva, propondo um trabalho em conjunto entre federação, estado e município, que, através de um plano de ação proposto, direcionaria melhor os recursos a serem aplicados. Além disso, o programa possibilitou um sistema de crédito aos proprietários

de imóveis tombados, e figure um financiamento aos que visavam empreender no ramo do turismo, a fim de impulsionar o turismo cultural nas cidades históricas e, conseqüentemente, desenvolver a economia no âmbito local. Sabará esteve dentre os municípios contemplados pelo programa, e, conforme a publicação do IPHAN, os recursos nessa cidade foram direcionados para a restauração e requalificação, ambos voltados para conjuntos urbanos, localizados, em sua maioria, no núcleo do centro histórico da cidade. Sendo assim, um dos últimos processos de restauro e conservação que constam nos órgãos de preservação patrimonial são provenientes do PAC, com as seguintes obras: “restauro Sobrado da Prefeitura, Teatro Municipal, Capela de Santo Antonio Pompeu, Casarão do Museu do Ouro e anexo, Casarão do Conselho de Arte, Igreja de São Francisco e requalificação do Largo São Francisco, Igreja Nossa Sra. Do Rosário e requalificação do Largo do Rosário, Capela do Pilar e requalificação urbanística da Rua Dom Pedro II.” (IPHAN, 2018)

Conforme os estudos feitos por Leal (2017), Sabará foi o município com o maior número de propostas ao programa, sendo a maioria dessas voltadas para a restauração e requalificação (o que não foge à regra das demais cidades mineiras participantes do PAC-CH). De acordo com o estudo de caso feito pela autora, pode-se concluir que apesar de Sabará não possuir bens tombados na lista de patrimônio da Unesco e não ter integrado anteriormente o Programa MONUMENTA, os fatores como habitantes, a receita orçamentária, e o número de bens tombados pelo IPHAN, contribuíam fortemente para essa inclusão, desde 2007. Afinal, a proposta se aplicaria também no caso sabarense, com o objetivo de gerar renda, incluir os moradores da cidade e tornar o patrimônio a principal identidade da cidade, capaz de aproximar os habitantes, conferindo materialidade ao patrimônio cultural.

A proposta do PAC-CH é inspirada nas declarações da Carta de Amsterdã, onde a política de preservação extrapola a concepção tradicional do patrimônio e articula território e sociedade, assim, é recomendável envolver os cidadãos e iniciativa privada para que a conservação seja efetiva, visto que esse é um interesse coletivo, um compromisso de todas essas camadas. A partir desse programa busca-se uma conservação feita de maneira integrada, a preservação do patrimônio e planejamento urbano devem ser pensadas indissociavelmente, ou seja, as modificações do espaço, o crescimento urbano e a modernização, são fatores de relevantes ao pensar uma política patrimonial. Além disso, o programa busca estratégias para expandir o turismo

mercadológico, estratégia a qual o patrimônio cultural é colocado como possível gerador de renda para as cidades, estimulando a economia local. Também, o patrimônio edificado recebe um novo uso dinâmico, o de fomentar a cultura, atrelados a atividades culturais locais a fim de reforçar um elo entre lugar e comunidade local (CASTRIOTA ET AL., 2010).

Em um estudo realizado por Castriota et al. (2010) buscou-se identificar uma série de problemas na cidade de Sabará para que os recursos do PAC-CH fossem implementados de maneira efetiva para uma conservação mais abrangente. A pesquisa feita junto a administração local e sociedade civil identificou problemas nas seguintes áreas, infraestrutura, patrimônio/memória e institucionais. Os problemas de infraestrutura envolviam questões como o crescimento urbano desordenado, a precariedade das vias de circulação, poluição sonora e visual, os problemas ligados ao patrimônio e memória, que envolviam a falta de identificação da população com o patrimônio local, a contínua descaracterização do centro histórico e os institucionais tratavam das descontinuidades de projetos e programas, a desarticulação entre poder público e sociedade civil, a pouca atratividade turística.

Esses problemas relacionados a infraestrutura e o patrimônio foram identificados ainda em 1976, como é possível perceber através da análise do Inventário de Edificações de Interesse Cultural da Região Metropolitana, produzido pelo Planejamento Da Região Metropolitana De Belo Horizonte (PLAMBEL). O Plano de ação, mostra a permanência do descaso com o patrimônio sabarense e a falta de ações que o priorizasse enquanto política pública, o que foi feito abrange apenas a requalificação do espaço, ação que se mostra insuficiente para a conservação integrada, como o PAC-CH propõe.

Pode-se observar que o que ocorreu em Sabará foi um movimento inverso às demais cidades setecentistas de Minas Gerais, após ser considerada como descaracterizada, não houve um processo eficaz para refrear os apagamentos ou fomentar a memória como produto a ser consumido. A política de patrimonialização e os usos comerciais da cultura não foram explorados suficientemente para que o patrimônio da cidade se tornasse autossustentável e forte contribuinte para a economia local, como ressaltado nesse primeiro capítulo, Sabará mantém uma relação de forte dependência com a metrópole Belo Horizonte e conta com periferias empobrecidas em constante expansão.

### **3 ENTRE A METROPOLIZAÇÃO E A PATRIMONIALIZAÇÃO: a dimensão sensível de Sabará**

O presente capítulo tratará de analisar dois documentos produzidos pelo PLAMBEL sobre a cidade de Sabará no intuito de compreender a coexistência entre o fenômeno da metropolização e a tentativa de patrimonialização de uma cidade histórica e metropolitana. Para isso, será necessário apreender as intencionalidades da documentação ao tratar do patrimônio edificado sabarense, observando suas características e potencialidade, para então apresentar a imagem atual da cidade, mais precisamente dos lugares caracterizados como históricos e de alto potencial turístico, como coloca o segundo documento.

Primeiramente, é preciso destacar o que foi a autarquia de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL). Constituída no ano de 1971, em uma parceria entre o Conselho Estadual de Desenvolvimento e a Fundação João Pinheiro, o órgão inicialmente tratou de discutir acerca do espaço metropolitano de Belo Horizonte, contemplando suas características sociais, econômicas, geográficas, a fim de construir um planejamento integrado para a região, que se encontrava em intenso ritmo de expansão (TONUCCI FILHO, 2012). É importante destacar o contexto político nacional da criação do PLAMBEL, momento em que o Brasil vivia o chamado Milagre Econômico, durante o governo militar de 1967 a 1973, sobre as bases do nacional desenvolvimentismo:

Tomando como um dado o momento do chamado milagre econômico brasileiro, o PLAMBEL teve suas propostas baseadas em estimativas extremamente otimistas quanto ao crescimento econômico, além de previsões da manutenção das elevadas taxas demográficas, superestimando o contingente populacional que viria se assentar na Região (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015, p. 362)

No ano de 1973, a Região Metropolitana de Belo Horizonte fora institucionalizada<sup>21</sup> e de fato articulada a administração metropolitana. Os estudos feitos procuravam gerar um documento como produto das análises produzidas (TONUCCI FILHO, 2012), identificando áreas de preservação ambiental, industriais,

---

<sup>21</sup> Questão debatida no primeiro capítulo.

zonas de crescimento metropolitano, lugares que seriam utilizados pelo poder público como norteador de um processo de reordenamento do espaço urbano. O PLAMBEL esteve orientado pelos ideais desenvolvimentistas, partindo do pressuposto que acarretaria não apenas a evolução econômica do estado de Minas Gerais, mas impactaria na qualidade de vida de todos os cidadãos, já que abarcava questões de infraestrutura primárias (AZEVEDO; MARES GUIA, 2015).

### **3.1 A imagem do espaço urbano sabarense a partir do PLAMBEL**

Durante o início da década de 1980, a temática do patrimônio ganhava força como potencialmente rentável, um campo a ser explorado pelos setores econômicos. Com a titularidade de patrimônio mundial da humanidade, concedido pela UNESCO, alguns territórios que já recebiam atenção histórica passaram a ser fortalecidos enquanto locais turísticos, ou seja, para além do espaço da cidade ser atrativo para visitação e contemplação, outras atividades foram desenvolvidas para a consolidação do turismo enquanto lazer.

O Documento “Sabará: Análise do Acervo Arquitetônico e Urbanístico”, publicado pelo PLAMBEL em 1980, é uma continuidade do “Inventário de Edificações de Interesse Cultural da Região Metropolitana”, produzido pelo mesmo órgão em 1976, contexto em que a RMBH havia recentemente se institucionalizado. O estudo carrega a premissa do Plano Metropolitano que fora mencionada no subitem acima, a apresentação de um documento-produto, que expõe o reconhecimento da área e, posteriormente, levanta os problemas e suas possíveis melhorias através do planejamento urbano. O documento propõe medidas para futuras regulações de uso de solo e código de obras. Diferentemente do primeiro documento produzido pelo PLAMBEL acerca do patrimônio edificado sabarense, o segundo aborda a paisagem urbana como um todo, não tratando especificamente das edificações. O entorno passa a ser considerado, uma vez que também constitui uma temática importante que influencia diretamente na harmonia do conjunto e seus impactos na percepção da paisagem.

Sabará foi a primeira cidade a ser escolhida para esse tipo de análise, e a justificativa contida no documento para tal se d  pelo acervo arquitetônico colonial, e,

simultaneamente, tratar-se de um local de crescimento metropolitano, questão considerada como alarmante nessa colocação:

A escolha de Sabará, dentre os municípios da Região Metropolitana, para iniciar tal tipo de trabalho/ se deve a importância do seu acervo cultural, o qual vem sendo atingido pela acelerada mudança que se opera nas construções urbanas, sacrificando formas arquitetônicas do período colonial, bem como pela expansão da mancha urbana em áreas que prejudicam a ambientação de conjuntos coloniais. (PLAMBEL, 1980, p. 3)

Em 1980, ainda existia a preocupação com um projeto de extensão da linha férrea pelo centro da cidade, o que impactaria o núcleo histórico sabarense, e, conseqüentemente, o patrimônio edificado. O fato da ferrovia cortar o trecho de interesse cultural de Sabará despertou preocupação devido aos impactos do tráfego intenso, além das margens serem possíveis lugares de ocupação irregular. Em 1972, as zonas de expansão urbana mapeadas em Sabará atingiam pontos importantes do centro histórico, incluindo as proximidades da Capela do Pilar e Terra Santa e demais áreas que impactam na percepção da paisagem do centro:

**Mapa 3- Zona de expansão Urbana do Município de Sabará**



Fonte: Zona de Expansão Urbana (PLAMBEL, 1979). Elaboração da autora.

O mapa acima aponta os locais classificados como Zona de Expansão Urbana, traçada pelo PLAMBEL em 1979. Indica também trechos da BR 262 a ser expandida em direção aos limites entre os municípios de Sabará, Belo Horizonte e Santa Luzia.

Nessa época, a prefeitura de Sabará já havia aprovado loteamentos nas imediações da BR 262, dessa forma, o local cresceu rapidamente, desencadeando a periferação somada a conurbação da área. Essas ocupações serviram como base para mencionar os possíveis impactos nas imediações do centro histórico caso o projeto da ferrovia se concretizasse, as ocupações irregulares e a pressão nas adjacências das áreas de interesse cultural se tornariam um problema ainda mais grave. Esse ocorrido evidencia o campo de disputa vivido entre a expansão urbana e a preservação do patrimônio, os interesses imobiliários se articularam para modificar o espaço, prometendo recompensas financeiras para o município, que acabou por ceder às pressões.

Outra circunstância que explicita o choque entre os interesses da proteção patrimonial e o crescimento metropolitano é o caso do distrito de Mestre Caetano, que se encontra afastado da área urbana de Sabará. O local é citado nesse documento de *análise do acervo arquitetônico* como um possível caso de perda se os projetos da expansão da BR ocorressem e, também, constava como ameaçado pelo avanço da atividade de mineração. Essas perdas previstas já em 1974 ocorreram ao longo do tempo e, de fato, o distrito foi aos poucos englobado como parte da área de exploração mineral, além de ser cortado por uma rodovia que liga os municípios de Sabará e Caeté. Atualmente, apenas duas construções do século XIX continuaram erguidas, as capelas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia, protegidas pelo IEPHA, ambos os casos já mencionados no decorrer do primeiro capítulo. Embora o projeto da rodovia não tivesse se consolidado totalmente, o distrito possuía poucos habitantes, vivendo, em sua maioria, em pequenos sítios e casas de fim de semana, e, as demais construções, estavam em ruínas, que, apesar do estado de preservação precário, ainda chamavam atenção pela característica arquitetônica, como é o caso do Cemitério dos Ingleses. O último casarão do século XIX a ceder pelo tempo foi o sobrado de Mestre Caetano, residência de um professor que desempenhou importante papel naquelas imediações, que carregam seu nome (PASSOS, 1942). O Sobrado desabou no final dos anos de 1990 devido a péssimas condições de preservação. O local é explorado pelo ecoturismo, mas a questão histórica não é um dos atrativos fomentados.

**Imagem 4 - Antigo sobrado de Mestre Caetano**



Fonte: Acervo privado de um morador local, SD.

O início do estudo relata a coexistência entre passado e presente e como são interdependentes, além de destacar a necessidade de medidas voltadas para a preservação. O documento sinaliza essa atenção sobre a mudança em territórios urbanizados e a irreversibilidade desse processo:

A preocupação de estudar e preservar determinado acervo cultural e resguardá-lo da destruição, mantendo-o como testemunho de certa época, não deve ser um ato de manter o passado e erigi-lo em tempo ideal, isento dos males do presente. Nem tampouco se trata de colocar em campos opostos, a preservação e a mudança. O passado deve ser compreendido e absorvido com todas as suas contradições. O passado não foi um tempo melhor, mas um tempo que preparou o tempo presente (PLAMBEL, 1980, p. 4)

As afirmações tomam o patrimônio como sujeito a uma dinâmica entre passado e presente, assim como reconhece a extrema relevância da preservação para a construção identitária do local. Embora não haja referência direta aos conceitos de materialidade e ressonância, ao analisar tal documento, é possível identificar ideias semelhantes tratadas como fundamentais para a sobrevivência do patrimônio frente às transformações do espaço e da sociedade ao longo do tempo. Envolver a

comunidade local foi um ponto central apresentado ainda na introdução do documento, afinal, é a partir do vínculo de pertencimento e memória que as medidas de proteção ao patrimônio serão pensadas pelo poder público. Outro ponto interessante a se levantar é que, nesse primeiro momento, não é perceptível as intencionalidades em patrimonializar a cidade de Sabará e seu centro histórico, é apresentada grande preocupação em conservar as edificações que estão ameaçadas, mas as perdas significativas e a heterogeneidade do espaço são colocadas como um dos fatores que interferem diretamente na percepção da cidade enquanto local turístico. O documento, voltado para os interesses da comunidade local, demonstra grande preocupação em desenvolver uma cidade melhor para os habitantes. O turismo não é um protagonista nessa fase.

O patrimônio material é tratado como peça chave no processo de preservação da memória local, uma vez que oferece *testemunho concreto* (PLAMBEL, 1980). A percepção de uma memória nacional atrelada à noção de patrimônio, utilizada ainda nas primeiras legislações patrimoniais brasileiras, foi também utilizada no contexto micro de cidades como Sabará. Em contrapartida, os apagamentos são identificados como elementos que dificultam o processo de formação de identificação entre pessoa e lugar, e, além disso, são denominadas como violências que impedem o vínculo entre o indivíduo e sua história, deixando-o sujeito aos “modismos do presente” (PLAMBEL, 1980, p. 4). “A desfiguração de tais espaços é um ato de agressão contra a própria coletividade pois implica na necessidade desta reelaborar, a sua revelia e de maneira imposta, as relações e visões que mantem como espaço urbano” (PLAMBEL, 1980, p. 4)

O documento ressalta as obras do passado como de interesse coletivo, por isso devem ser preservadas acima dos interesses individuais, afinal, essas obras são caracterizadas como essenciais para a manutenção do reconhecimento entre indivíduo e espaço. Essas considerações destacam o interesse público do patrimônio se sobrepondo aos individualismos, daí o dever social de zelar por essas obras.

O levantamento se propôs a analisar o acervo cultural arquitetônico e urbanístico da cidade de Sabará e, para isso, utilizou de uma visão do espaço urbano em sua totalidade, não voltado as análises apenas para núcleo histórico e suas construções preservadas, mas abarcando, para além dos conjuntos, as construções isoladas. Ressaltar as edificações isoladas que se destacam pela relevância

arquitetônica é uma questão importante de se frisar. Esses imóveis, localizados em áreas heterogêneas, foram desconsiderados durante os tombamentos realizados pelo IPHAN em 1953. Espaços como o Largo São Francisco, que possuíam alguns imóveis isolados cujas características arquitetônicas datam do século XVIII e XIX, tiveram seu valor individual reconhecido, mas “que não valeriam a pena ser protegidos” (IPHAN, 1953, p. 2)<sup>22</sup>. As edificações classificadas como de interesse histórico que restaram dos sucessivos apagamentos em Sabará, no tocante as pertencentes à sociedade civil, só foram abarcadas por uma política de preservação após o poder municipal realizar o tombamento, em 1992 (cuja maioria estabelece apenas que a fachada e seus elementos externos, como telhado, gradil, devem permanecer inalterados), contudo, grande parte desses imóveis já haviam passado por descaracterizações parciais ou totais.

Embora não seja o foco discutir o marco teórico utilizado na análise do acervo arquitetônico, vale mencionar que este é orientado pelo conceito da *Gestalt Urbana*, que considera a relação sujeito e objeto para tratar da percepção do espaço. Para isso, a análise se divide em duas partes, *categorias psicológicas* e *categorias físicas*. As categorias psicológicas consideram os seguintes aspectos: a intensidade, o contraste, a originalidade, a capacidade de associação, a direcionalidade, a clareza visual, a complexidade e a variabilidade. Já as categorias físicas utilizam-se das formas, espaços, volume e superfície, elementos responsáveis pela conformação e diferenciação (PLAMBEL, 1980, p. 9). Associado a esses conceitos mencionados como psicológicos, utiliza-se também a descrição histórica, baseada em estudos anteriores, feitos por membros da PLAMBEL, principalmente o *Inventário de Edificações de Interesse Cultural da Região Metropolitana*.

O aspecto a ser levado em consideração não é a descrição e a análise isolada de uma edificação, mas a compreensão de como ela é percebida em meio a paisagem em que está inserida, e, para além disso, como os sujeitos são impactados por tais elementos. Sobre essa questão de percepção e espaço, o estudo de Giedion (1951) acerca da relação entre arquitetura e comunidade abarca pontos importantes a serem relacionados com o documento em questão:

---

<sup>22</sup> A frase é mencionada durante o processo de tombamento da Rua Dom Pedro II, realizado pelo IPHAN em 1953. O documento expõe a constante perda de edificações cuja estética remete aos séculos XVIII e XIX no centro histórico de Sabará e como esse fator inviabiliza alguns tombamentos por se tratar de elementos isolados ou de conjuntos comprometidos pela inserção de elementos heterogêneos.

As impressões estéticas influenciam-nos a todo momento. Uma vez conscientemente, mas na maior parte dos casos sem o sabermos, elas geram em nós reações amigáveis ou hostis. Elas escapam aos nossos filtros lógico-racionalistas e actuam diretamente sobre os nossos sentimentos. Quer dizer estão fora do nosso controle. Os valores estáticos, portanto, não são simples acessórios decorativos. Tem as suas raízes no âmago da nossa alma (GIEDION, 1951, p. 51).

As relações mencionadas por Giedion (1951) podem ser relacionadas à percepção do espaço tanto por parte dos habitantes quanto para os visitantes. A cidade passa a ser vista sob uma dimensão sensível, os elementos materiais impactam diretamente o sujeito de forma que um mesmo local possa ser visto de inúmeras formas, por diferentes observadores, e, assim, produzir diferentes sensações.

Antes de introduzir a temática da análise do acervo cultural da cidade, estuda-se a cidade colonial mineira, as aproximações espaciais entre as cidades setecentistas e o porquê há um padrão que se repete entre elas. Sabará, cidade essencialmente colonial, na qual o traçado urbano, a disposição das igrejas, a justaposição dos casarios, as ruas tortuosas que levam a uma praça central, se assemelha a outras cidades coloniais mineiras, ponto que o estudo do PLAMBEL associa à Carta Régia e à padronização das construções e acrescenta:

Do ponto de vista do aspecto geral que as cidades coloniais ofereciam ao observador, pode-se dizer que as mesmas guardavam uma grande unidade e legibilidade apesar do aspecto de algo desordenado da disposição de suas construções, fruto da ocupação do solo em função da constituição topográfica do terreno (PLAMBEL, 1980, p. 13)

As determinações da Coroa Portuguesa de padronização das construções, foi uma questão decisiva para a conformação da cidade, aliada a opulência da região durante o século XVIII, que resultou na construção de suntuosas igrejas e imponentes casas. Retomando algumas questões históricas trabalhadas durante o primeiro capítulo, a descrição acima corresponde a uma cidade essencialmente colonial, como Schürmann (1999) discorre acerca dos arraiais que se expandiram atrelados a atividades mineradoras sem um planejamento precedente junto à Coroa. Após as normativas estabelecidas, principalmente durante o Período Pombalino, esses espaços não conseguiram ser de fato reestruturados e se adequarem aos ordenamentos propostos pela câmara de Ouro Preto: “[...] alinhamento das casas e

das ruas que desembocassem na praça principal, pois a topografia impossibilitou essas obras” (SCHÜRMAN, 1999, p.169). A cidade de Mariana foi a única a conseguir se adequar às reformas pombalinas, dessa forma, apesar da tentativa de padronização urbana, a presença de elementos que se repetem nas cidades coloniais e a semelhança com as demais cidades da América Portuguesa, permaneceram com sua particularidade em evidência. O fator ocupação desordenada contribuiu para a singularidade dos espaços, visto que perdura ao longo dos séculos, embora manifestada de maneiras diferentes no que diz respeito a expansão da mancha urbana.

No intuito de contextualizar a análise, é apresentado um breve levantamento da história de Sabará, como a cidade foi povoada e seus marcos vistos através da ótica de ciclos econômicos. Essa contextualização foi baseada na obra “Em torno da História de Sabará”, escrita por Passos (1942), um livro bastante relevante para compreender a cidade e que foi utilizado para narrar como ocorreu o povoamento da cidade e suas primeiras ocupações, já que os registros referentes à formação de Sabará são bastante escassos, uma vez que muitos documentos foram perdidos ao longo do tempo. Os apontamentos dos períodos econômicos são utilizados para guiar a narrativa sobre a cidade, dividida em dois períodos: o colonial, marcado pela exploração aurífera; e o período industrial, após a instalação da Companhia Siderúrgica na cidade em 1918. Tratando-se de um documento datado de 1980, não há, nesses primeiros momentos, um levantamento das transformações desencadeadas pelo crescimento do fenômeno metropolitano ou previsões para que essa questão impacte nas áreas de interesse culturais. Contudo, ao descrever algumas localidades do centro histórico, são perceptíveis as referências a inserção de novos elementos que impactam diretamente na percepção dos monumentos e do conjunto urbano, questão a qual será melhor detalhada ao longo desse capítulo.

Ao propor uma investigação a partir do acervo cultural de Sabará e seu estado de conservação, o estudo utiliza-se primeiramente do recorte territorial do distrito de Mestre Caetano antes de discorrer sobre as demais áreas. Aqui, retomo as colocações feitas no início desse capítulo, ou seja, as duas ameaças centrais para o patrimônio: a construção da BR 262 e a mineração. Em paralelo com a atualidade, pode-se dizer que a maior parte do distrito foi descaracterizado, permanecendo erguidos apenas alguns imóveis isolados na comunidade de Pompéu, próximo a

Mestre Caetano, em destaque a igreja de Santo Antonio do Pompéu, tombada pelo IPHAN. Além disso, grande parte da extensão territorial que fazia parte do distrito consiste em área de mineração e, com isso, a passagem da BR 262 por esse trecho pode ser associada aos interesses dessa indústria primária e seus escoamentos, embora seja útil também para a comunidade dos municípios diretamente interligados, Sabará e Caeté.

Sob a ótica do observador, o espaço urbano da cidade de Sabará, analisado visualmente a partir de um local elevado<sup>23</sup>, é descrito como confuso e heterogêneo, os elementos arquitetônicos que deveriam ganhar relevância são obstruídos pela inserção não planejadas de edificações, capaz de produzir a sensação de desordem, e, assim, interferem diretamente na percepção do espaço:

Vista como um todo e de pontos mais elevados, como o Alto da Cruz ou a estrada para o Arraial Velho de Santana, a cidade de Sabará se apresenta hoje ao observador antes de mais nada de maneira confusa e pouco clara. Tal confusão se deve fundamentalmente aos diversos tipos de construção que nela se encontram e à ocupação dos seus espaços de forma desordenada, sem se definir claramente um padrão ou critério de ocupação, bem como sem que o conjunto da cidade consiga formar uma estrutura que, em si, induza efeitos diversos dos provocados apenas pela soma de diversas edificações. É exatamente o efeito de um agregado, de um conjunto pouco estruturado de elementos, que causa ao observador a visão geral da cidade (PLAMBEL, 1980 p. 23)

Em diálogo com o excerto, a seguinte imagem reproduz parte da descrição, porém, a partir de um outro ponto de vista da cidade:

---

<sup>23</sup> O local que o observador descreve como ponto de observação é um cruzeiro da capela do Senhor Bom Jesus (ou Capela da Cruz), localizado em um ponto bastante elevado e que permite a visualização mais ampla do centro histórico e suas adjacências.

**Imagem 5 - Vista parcial no centro de Sabará**



Fonte: Foto tirada pela autora. Janeiro, 2022.

A imagem acima corresponde a parte da paisagem de Sabará em 2022, capturada também sob um ponto de vista elevado da cidade, embora esteja localizado na direção oposta do excerto citado acima. Contudo, é possível estabelecer um diálogo entre as duas fontes anteriormente citadas, visto que, na imagem 5, é possível perceber a heterogeneidade do espaço e a confusão na percepção dos elementos arquitetônicos. A edificação 1 corresponde à Terra Santa, a edificação 2 à Capela do Pilar, ambas tombadas pelo IPHAN. Já o elemento 3 é a Santa Casa de Misericórdia, cuja parte da arquitetura evidenciada na imagem é datada do início do século XX e possui características arquitetônicas distintas das edificações 1 e 2, que também destoam do entorno, composto por construções contemporâneas e não padronizadas. Ao fundo, a edificação 4 são as instalações da antiga Companhia Siderúrgica, parte da torre dos alto-fornos (que hoje não operam mais) se destaca na paisagem, construção a qual remete a um outro período histórico de Sabará, iniciado em 1918, e que pode ser considerado como um dos agentes de transformação do espaço durante seus anos de atividade, aspecto já debatido no decorrer do primeiro capítulo.

De uma maneira geral, a imagem capta um espaço diverso, produzindo a sensação de isolamento dos bens, enquanto ao fundo é perceptível a mancha urbana recente e em processo de expansão. Conforme a análise ressalta, o passado e suas marcas já se expressaram mais fortemente em outros momentos, mas, naquele contexto, já faziam parte de um espaço confuso, no qual o crescimento urbano é citado como um fato capaz de influenciar no campo da identidade enquanto cidade histórica.

Os simbolismos e as representações da estética setecentista são colocados como fortemente comprometidos, pontos que, somados ao estado de conservação das edificações, contribuem para que Sabará, frente as demais cidades coloniais mineiras, seja vista mais como uma periferia metropolitana do que uma cidade essencialmente colonial. As constantes quebras produzidas pela diversidade de construções presentes no centro histórico são apontadas como responsáveis por produzir a sensação de isolamento dos monumentos, que se estranham a paisagem, visto que o entorno não estabelece diálogo com os demais estilos. Esse movimento ocorre inversamente na Rua Dom Pedro II, por exemplo, onde realizou-se o tombamento do conjunto arquitetônico e é um dos poucos que se manteve com baixa descaracterização. Nessa rua, as edificações cujas características não pertencem ao século XVIII e XIX, se comportam como elementos estranhos em meio a paisagem.

Durante a observação de alguns monumentos sabarenses, não apenas a descaracterização do entorno e o isolamento resultante, mas também as encostas dos morros, preenchidas por construções irregulares, se destacam na paisagem. Duas questões são colocadas de frente, um espaço tombado, que remete às prosperidades socioeconômicas da cidade vividas durante o período aurífero e a cidade atual, marcada pela periferização e crescimento urbano desordenado.

**Imagem 6 - Vista dos fundos da Igreja Nossa Senhora do Carmo**



Fonte: Foto tirada pela autora. Janeiro, 2022.

Na imagem acima é possível perceber a lateral da Igreja Nossa Senhora do Carmo, localizada no centro histórico de Sabará, um dos pontos turísticos mais visitados na cidade<sup>24</sup>, observada a partir do adro. Sob esse ponto de vista, fica em evidência a divisão de um mesmo espaço, onde o patrimônio e o crescimento urbano desordenado se chocam. Ao fundo, o recente bairro Bela Vista, área ainda não regularizada junto à prefeitura e que possui condições inadequadas de urbanização. O local se expandiu rapidamente e conta com muitas construções precárias e em áreas de risco de deslizamento. A informalidade está presente também nas proximidades do centro histórico, extrapolando a percepção de que essas áreas estariam concentradas apenas nos limites municipais.

É notável, portanto, que os elementos físicos e estéticos da cidade estejam diretamente ligados a percepções sensíveis da cidade enquanto organismo. Afinal, o sujeito constrói uma relação com a cidade, seja de proximidade ou de distanciamento, na qual o espaço é produto das relações sociais (CARVALHO, 2002). Os monumentos, a paisagem, são fundamentais para a interpretação do território, e, principalmente, para manter avivada a história e para que façam sentido no presente.

### **3.2 A visão acerca do aspecto metropolitano em relação com o patrimônio**

Um outro estudo produzido pelo PLAMBEL, em 1979, acerca da expansão metropolitana de Sabará, precede a análise do acervo arquitetônico e urbanístico. Nele analisa-se a cidade de Sabará no intuito de iniciar um monitoramento das áreas de expansão metropolitana e seus limites. A criação da RMBH, em 1973, dá início a uma tentativa de controle dos arredores da metrópole por parte do poder público, e, assim, as análises do PLAMBEL são importantes pontos de partida para compreender a rápida expansão da rede urbana, que, durante a década de 1970, atingiu seu ápice. O levantamento das Zonas Urbanas em expansão surge como uma resposta à necessidade de reconhecimento detalhado do espaço para então construir políticas de desenvolvimento responsáveis por reparar os desequilíbrios espaciais e da economia mineira, além de traçar projeções acerca do crescimento urbano. Essas

---

<sup>24</sup> Esta igreja é a única do município da qual se tem levantamentos de registros que o artista Antonio Franciso Lisboa, o Aleijadinho, trabalhou. Outro fator que chama atenção é a presença de diferentes fases do Barroco Mineiro em um mesmo espaço.

ações do estado foram colocadas como essenciais para que as áreas metropolitanas oferecessem qualidade de vida e bem estar social, já que o processo de urbanização, e conseqüentemente de periferização, eram tidos como irreversíveis, portanto, o poder público seria o principal responsável em prover infraestrutura básica dessas áreas.

Nesse contexto, Sabará destaca-se como uma das cidades mais conurbadas da RMBH, assim, o documento evidencia a preocupação com o crescimento do perímetro urbano e das divisas. Por parte do PLAMBEL, já havia uma projeção de que o espaço de Sabará seria impactado à medida que Belo Horizonte crescesse, e, da mesma maneira, as cidades ao seu redor também sofreriam com esse impacto. Sabará passou por um processo de metropolização, com um grande número de pessoas empobrecidas, alta taxa de periferização, além de manter alta a dependência econômica da metrópole, questão abordada durante o primeiro capítulo, que tratou da metropolização e da formação de novos arranjos urbanos que integram Sabará e Belo Horizonte, cujas dinâmicas socioeconômicas extrapolam a dicotomia centro-periferia.

Esse fator se tornou uma marca indelével da cidade e influenciou diretamente na concepção de sua imagem, o potencial turístico e seus monumentos não foram colocados como protagonistas do espaço. A projeção feita em 1979 já evidencia a questão de ser um município dormitório e sinaliza a intensificação da dependência econômica. Contudo, Sabará é citada como uma das cidades metropolitanas que possui forte interesse cultural a ser explorado:

Outra função para a qual a RMBH apresenta um excelente potencial é a de núcleo receptor de correntes turísticas nacionais, sob um duplo aspecto: a) fornecimento de serviços de suporte para atividades turísticas nas imediações da região (hotelaria, transporte, alimentação etc.); b) desenvolvimento de atrativos históricos (Sabará, Caeté, etc.) e naturais dentro da própria região. Atualmente essa função é pouco desenvolvida mormente devido ao estágio elementar em que se encontram os equipamentos e serviços de apoio à viagem turística. (PLAMBEL, 1979, p. 131)

O forte crescimento populacional, concentrado principalmente nas áreas de limite municipal (PLAMBEL, 1979), era uma das principais marcas da cidade registradas nas primeiras análises produzidas pela PLAMBEL. Por sua vez, as ações para fomento da atividade turística na região, que serão aprofundadas, em 1987, com a apresentação da proposta de desenho urbano, ganham destaque no documento que

será abordado na sequência, que propõe melhorias no espaço da cidade, com a defesa de que seja ofertada infraestrutura básica para que Sabará tenha seus espaços propensos a ocupação tanto de seus habitantes quanto para que os visitantes tenham interesse e condições de permanecer na cidade. O primeiro levantamento sobre o patrimônio e seu estado de conservação, que fora trabalhado no início deste capítulo, aborda um patrimônio fortemente impactado pelo crescimento desordenado do espaço, principalmente pela descaracterização e a inserção de elementos que interferem na visualização dos monumentos.

Ainda que as primeiras análises apontem para um crescimento do espaço urbano mais intenso nas áreas de limites municipais, é necessário frisar que as proximidades do centro de Sabará também foram impactadas pela metropolização. Os limites da área urbana, estabelecidos em 1979, foram expandidos com a criação e a expansão de novos bairros, como é o caso dos bairros Vila Esperança e Vila Michel (que se alongou e deu origem a um outro novo bairro, Mangueiras). Indicados como fim da área urbanizada, já eram locais propensos a novas ocupações e, atualmente, se expandiram de tal forma a criar novos bairros.

No caso de uma cidade histórica, a menção sobre esse crescimento urbano é importante. Por estar próxima da capital, Sabará será diretamente impactada pela metropolização e por abrigar uma população bastante empobrecida, como destacamos estudos do PLAMBEL (1974 e 1979).

O caso de Sabará encontra algumas semelhanças com outros municípios situados em regiões metropolitanas, como mostra Carvalho (2002):

Pode-se dizer que, dentro de um quadro de capitalismo periférico, muito se perdeu da memória patrimonial do país, particularmente nas grandes cidades com intenso crescimento econômico. Os casos mais dramáticos são os centros históricos dos municípios sedes das regiões metropolitanas do país. Por outro lado, salvaram-se de certo modo, as cidades como Ouro Preto, Olinda, Goiás Velho, Marechal Deodoro, São Cristóvão, e as cidades estagnadas como Areias, Bananeiras, Parati, etc. (CARVALHO, 2002, p. 104)

A paisagem da cidade mostra o contraste entre monumentos e periferização, cenário em que são evidentes as descaracterizações, demolições e a maneira, sem critérios preestabelecidos, de como os espaços vazios foram preenchidos, questões que se agravaram com o avanço da metropolização e o processo de periferização que

se evidencia em 1980<sup>25</sup>. A ocupação do espaço e suas utilizações são campos de disputa, os conflitos de interesse acirram os embates entre a conservação do patrimônio e a expansão do espaço urbano para abrigar as massas empobrecidas da metrópole, e, ainda que medidas sejam estabelecidas para conter esse avanço, um dos aspectos se sobressai frente as dinâmicas socioespaciais. O interesse do PLAMBEL *a priori* não focou em desenvolver o potencial turístico da cidade de Sabará, mas em amenizar os impactos da metropolização e do crescimento desordenado, visto que os processos de apagamentos, que já era um problema latente, se tornaram irreversíveis. Posteriormente às projeções e mapeamentos das áreas de expansão urbana, cria-se uma análise das áreas de interesse cultural e seus estados de conservação e, após sete anos, é elaborado o primeiro plano de recuperação dos espaços tombados e de requalificação urbana de algumas áreas, que serão abordadas em sequência.

### **3.3 Nova proposta de desenho urbano: uma tentativa de patrimonialização**

Durante a década de 1980, Sabará já estava consolidada como parte da RMBH e atingiu seu ápice de crescimento populacional, questão diretamente relacionada aos impactos da metropolização sofrida pelas cidades mais próximas à metrópole, problema abordado durante o primeiro capítulo. O rápido crescimento metropolitano, junto a forma de como a política patrimonial fora conduzida na cidade ao longo dos anos, fizeram com que a descaracterização do patrimônio histórico se tornasse um problema difícil de ser solucionado, ou até mesmo refreado. O patrimônio ocupou, durante longos anos, um segundo plano, enquanto a cidade priorizou a indústria siderúrgica e a extração mineral. A crise econômica que se agravou em 1980 impactou também a realidade sabarense, visto que grande parte da receita local provinha do setor secundário, o que agravava a dependência entre Sabará e Belo Horizonte, e, somada à questão do crescimento metropolitano, que atingiu seu ápice entre as décadas de 1970 e 1980, a RMBH atinge sua taxa de crescimento periférico a 7,45.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> O debate sobre a expansão desse processo e seus reflexos sobre a cidade de Sabará foram tratadas mais detalhadamente no decorrer do primeiro capítulo desta pesquisa.

<sup>26</sup> IBGE. Censos Demográficos 1970 a 2000.

As sucessivas descaracterizações causadas pelas reformas, demolições e inserções de novas arquiteturas, que não dialogam com a estética originalmente colonial, contribuíram para que Sabará não se tornasse atrativa para a atividade turística. Além disso, a cidade, empobrecida, era vista como uma periferia de Belo Horizonte, o que afetou diretamente a sua imagem. O patrimônio histórico da cidade não foi visto como produto turístico, até porque não havia infraestrutura básica para o desenvolvimento dessa atividade. O produto turístico, no caso do centro histórico de Sabará, é o patrimônio histórico edificado.

Os demais componentes da oferta ou do produto turístico serão constituídos pelos serviços turísticos, serviços públicos e infraestrutura básica existentes no local e que, aliados aos primeiros, formarão a totalidade do que é conhecido como “oferta turística” ou “produto turístico”.

É necessário retomar algumas considerações feitas no capítulo anterior, ao abordar as políticas de incentivo aos usos do patrimônio. Destaca-se que, a partir de 1970, o estado começa a desenvolver políticas relacionadas ao fomento do patrimônio enquanto atração turística, o Programa Cidade, Históricas e o Monumenta, criados com o intuito de qualificar essas áreas para o recebimento de turistas.

Em uma série de estudos básicos para a construção de um plano de governo, feita em 1975, a PLAMBEL apresenta a Política de desenvolvimento urbano, analisando o território da RMBH e as ações futuras nesse território. Ao caracterizar as cidades que fazem parte da RMBH, o documento destaca o potencial turístico de algumas cidades, dentre as quais Sabará é citada, como um dos primeiros núcleos urbanos da região. Em sequência aos estudos acerca do patrimônio, em 1987, apresenta-se

O objetivo desta proposta preliminar é a discussão junto à Prefeitura Municipal e a comunidade de uma Política de Revitalização e Melhoria de Espaços Urbanos com a finalidade de uma melhor apropriação dos mesmos, tanto pela população local como pelo visitante (PLAMBEL, 1987, p. 3)

É válido ressaltar essa passagem antes de adentrar na discussão do documento que será analisado, visto que o plano de governo elaborado o antecede e busca solucionar parte dos problemas de infraestrutura mencionados acima, que impediam que o potencial turístico de Sabará fosse explorado. O documento em questão trata-se de uma Proposta de Desenho Urbano para a cidade de Sabará,

apresentado em novembro de 1987 pela PLAMBEL, focado em revitalizar alguns espaços selecionados a fim de fomentar a utilização desses locais.

O projeto fora elaborado pelo arquiteto Carlos Alberto Noronha, que descreve a paisagem do centro histórico da cidade e, através do conhecimento de área, apresenta sugestões a serem implantadas em curto, médio e longo prazo, para a melhoria da infraestrutura da cidade e, com isso, possibilitar que o turismo se torne viável. Para que tais melhorias fossem implementadas de forma assertiva, a proposta previa a criação de um grupo técnico e uma comissão permanente, responsáveis por orientar o processo de elaboração das ações junto à comunidade e a prefeitura.

Durante a apresentação da proposta, destaca-se a importância de Sabará no que diz respeito a memória mineira e seu patrimônio arquitetônico e paisagístico, pontos atrativos para os que desejam conhecer a história do estado e as marcas colonial de suas cidades. A discussão do projeto está focada em solucionar a precariedade de serviços ofertados aos turistas e a degradação do espaço da cidade para que, assim, o núcleo histórico se torne um *polo turístico*. De acordo com o documento, as questões mais emergenciais a serem implantadas foram as seguintes:

- 1- Adequar de forma coerente com a realidade local, respeitando a memória da cidade, os espaços públicos, transformando-os em pontos de referência e apoio as atividades a serem desenvolvidas;
2. Propor um plano viário básico, tendo como fim privilegiar a utilização dos espaços públicos pelo pedestre, desviando todo o tráfego de passagem da área histórica do centro de Sabará;
3. Buscar meios de financiamento, propiciando ao Poder Público Municipal e a comunidade implementarem programas de apoio ao turismo: melhorias urbanas, pousadas, restaurantes, cafés, antiquários, etc. (PLAMBEL, 1987, p. 4)

As medidas acima mencionadas, associadas ao momento da política patrimonial brasileira na década de 1980, mostram as influências da Declaração de Amsterdã, documento que ganhou bastante espaço nas discussões sobre o patrimônio arquitetônico e suas potencialidades. Além das edificações, preservar e requalificar os entornos eram medidas tidas como fundamentais para que os espaços se tornassem atrativos para quem transita e para quem visita. Reabilitar as áreas próximas aos monumentos e inserir a comunidade local na elaboração dessas ações devem estar em diálogo com os demais espaços. As medidas em conjunto também devem pensar nos espaços periféricos da cidade (aqui me refiro a tudo o que não se

encontra no centro) para que a pressão sobre as áreas de interesses culturais e turísticos da cidade seja amenizada.

Nesse caso, a conservação da arquitetura setecentista é apresentada como forte contribuinte para o campo cultural da cidade, assim, as descaracterizações, depredações e inserção de edificações que não dialogam com o espaço, precisavam ser impedidas. Para que essa conservação ocorresse, era necessário um planejamento urbano feito pelo poder municipal e a comunidade local, com o intuito de conhecer melhor a realidade<sup>49+</sup> em questão, e, com isso, elaborar medidas mais assertivas de reabilitação das áreas. A presença dos habitantes é essencial para conferir materialidade e ressonância aos espaços patrimoniais.

O objetivo da proposta do desenho urbano pretendia promover a revitalização e a melhoria do espaço urbano e torna-lo um lugar agradável e propício para a ocupação de moradores e visitantes. Para isso, propõe-se que o poder público local convide a sociedade civil para discutir os campos das ações de melhoria, pois, embora a proposta mencione critérios a serem cumpridos para tal requalificação, a opinião pública é colocada como necessária para a eficácia do processo. Dessa forma, foram selecionados cinco espaços urbanos a serem revitalizados: Praça Melo Viana, Praça Bueno Bandão, Praça Getúlio Vargas e Adro da Igreja da Matriz Nossa Senhora da Conceição, Entorno e Adro da Igreja Nossa Senhora do Carmo e Entorno e Adro da igreja. O planejamento é composto por uma breve descrição espacial e as medidas de requalificação do espaço urbano são apresentadas junto a uma planta de cada lugar em questão. Todos esses são locais de interesse cultural e possuem ao menos uma edificação tombada a nível nacional em sua imediação.

### *3.3.1 A praça Melo Viana*

A Praça Melo Viana é tratada como um local marcado historicamente pela sociabilidade do centro da cidade. Grande parte dos eventos culturais, religiosos e políticos ocorreram e ocorrem ali, como pode-se observar no registro abaixo, cuja data não está precisada.

### Imagem 7- Vista da Praça Melo Viana



Fonte: Acervo privado de um morador local, SD.

A imagem retrata uma manifestação cultural, a qual não foi possível se precisar, mas o que vale ressaltar é a utilização coletiva do espaço, que se repete em outros registros sob a mesma perspectiva de observação, em que se observa a realização também de missas campais. Além disso, o entorno produz uma sensação de continuidade entre as edificações, os estilos arquitetônicos são semelhantes, como o Colégio “Paula Rocha”, à esquerda da imagem, o Colégio Santa Rita, à direita, e a Igreja de Santa Rita, ao fundo.

Contudo, esse local passou por forte descaracterização, causada pela perda de elementos significativos, como a Igreja de Santa Rita, que teve a demolição consentida durante a primeira metade do século XX, e o Colégio Santa Rita, comprometido após um incêndio. Somado a isso, ocorre a forma como os vazios territoriais foram sendo preenchidos por elementos arquitetônicos que não dialogam com os monumentos ali presentes, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e, à sua lateral, o conjunto arquitetônico da Rua Abreu Guimarães. A partir desse cenário, de maneira geral, as medidas colocadas são voltadas para evidenciar os monumentos do local e amenizar os impactos causados pela descaracterização. Para isso, o desenho sugere a construção da praça em platôs, a revitalização das

fachadas e “eliminar os elementos que interfiram na perspectiva, adequando a vegetação, os elementos externos às fachadas, muros, etc.” (PLAMBEL, 1987, p. 7). Algumas sugestões estão diretamente ligadas à atividade turística, como é caso da implantação de um ponto de apoio ao turista, que deveria ser colocado no antiga rodoviária da cidade, além da melhoria de infraestrutura para os que utilizam e transitam pelo espaço, tais como a ampliação de calçadas, inserção de mobiliários urbanos, fechamento do tráfego no trecho que dá acesso à Rua Dom Pedro II.

### **Imagem 8- Vista atual da Praça Melo Viana**



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

A imagem atual da praça não contribui para a percepção do espaço enquanto colonial, dentre as várias modificações que esse espaço sofreu ao longo do tempo, as mais recentes não priorizaram a estética dos séculos XVIII e XIX. Algumas sugestões de requalificação foram aderidas parcialmente, como a arborização, a implantação da praça em platôs (embora já modificada na atualidade) e a inserção de mobiliários urbanos. Ao observar os registos fotográficos desse local, é possível concluir que não houve a preocupação em cristalizar a imagem do espaço, a mudança dos elementos do conjunto permaneceu sob constante alteração. O que permaneceu às descaracterizações foi a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o destaque da

paisagem, e parte do conjunto urbano da Rua Abreu Guimarães, ambos tombados. Todavia, a praça permanece como espaço de eventos culturais, constantemente apropriado pela comunidade local como espaço de sociabilidade e palco de festivais que fomentam o turismo, como o caso do Festival da Jabuticaba, que ocorre anualmente.

### *3.3.2 Praça Bueno Brandão*

O local é primeiramente caracterizado pelo conjunto arquitetônico homogêneo, mas é impactado pelas características destoantes da Escola Estadual Professor Zoroastro Vianna Passos. A presença do Chafariz Corte Real, erigido em 1809, contribui para a beleza do local e sua atratividade turística. A requalificação sugere a valorização do conjunto, realçando a beleza do Chafariz por meio de um processo de restauração junto ao tratamento paisagístico e também a amenização do impacto da inserção de novas arquiteturas (mais especificamente da escola e do monumento ao centro da praça). As requalificações buscam medidas para tornar o local um espaço de lazer, já que possui forte potencial cultural, composto pelo seu patrimônio, e, também, visa a ampliação do espaço para a junto aos bares presentes, como uma tentativa de fixar o indivíduo, evitando que seja apenas um local de passagem. A imagem abaixo mostra o espaço referido após algumas medidas de requalificação, dentre elas a valorização do chafariz, através do restauro e a inserção de arborização, a jardinagem, a fim de reduzir o impacto da construção da escola e a implantação de mobiliário urbano. Mas, a retirada do monumento do centro da praça, que destoa das demais edificações do conjunto, e a entrada lateral do colégio, permanecem como antes da proposta do desenho urbano, assim, o impacto da escola continua sendo uma quebra na paisagem.

### Imagem 9 – Vista parcial da Praça Bueno Brandão



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

A busca pela manutenção do uso dos espaços públicos pela comunidade local e pelos visitantes, pode ser relacionada aos elementos responsáveis pela imagem construída e ao significado que ela ganhará, para além do monumento por si só, buscando, assim, somar outros atrativos para que o espaço adquira atratividade. Ainda que a requalificação espacial tenha impactado positivamente no que diz respeito a evidenciar os aspectos coloniais do conjunto, o local atualmente é pouco explorado culturalmente, predominando a atividade comercial e a utilização do local de passagem, com exceção de um pequeno comércio alimentício ali presente, que utiliza do passeio para montar suas mesas, mas que conta com baixa aderência do público. Atualmente, o local é basicamente um ponto comercial e não é efetivamente utilizado para atividades de lazer, não há oferta significativa de atrativos para que seja além de um espaço transitório.

#### *3.3.3 Praça Getúlio Vargas e Adro da Igreja Matriz N. Sra da Conceição*

Também pertencente ao centro histórico de Sabará, a localidade da Praça Getúlio Vargas corresponde a uma das ocupações urbanas dessa cidade, e conta com a primeira Igreja Grande, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Dois monumentos são os principais responsáveis por manter a área como de interesse cultural, a Igreja e o Chafariz da Confraria, embora estejam situados timidamente em um canto discreto da praça. A caracterização desse espaço chama atenção para a

utilização do local para atividade de lazer e de estar. A presença da Igreja, escola e de comércios, faz com que ali seja um local de passagem.

**Imagem 10- Praça da Igreja Matriz, atual Praça Getúlio Vargas**



Fonte: Acervo privado de um morador local, SD.

Embora seja pouco nítida e sem data precisada, na imagem acima está a Praça Getúlio Vargas, em um outro momento histórico. Tal registro mostra a circulação de pessoas, cujas vestimentas se assemelham, que caminham em direção oposta à Igreja, fatores que, se somados, levam a crer que se trata de um fim de missa, em que os féis aos poucos se dispersam. Dessa forma, pode-se analisar os usos sociais desse espaço ao longo dos séculos, e como esse permanece carregando forte significado para a cidade e seus habitantes, unindo identidade, espaço e história.

Apesar da relevância histórica mencionada, a praça e seu conjunto urbano foram bastante descaracterizados, devido a perda de imóveis, e já não expressa, como na imagem acima, uma sequência de construções semelhantes. Assim, as medidas de requalificação do espaço, propostas pelo desenho urbano, visam ordenar o lugar e reconhecem a perda irreparável e a irreversibilidade da descontinuidade que o espaço transmite por conta da inserção de construções grandiosas, no caso, os

prédios do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e o antigo SENAI, que não dialogam com a estética da igreja e seu antigo conjunto urbano. As sugestões consistem em tratamento paisagístico no adro da igreja, a recuperação do chafariz, o melhor ordenamento no tráfego local e a regulamentação da inserção de elementos nas fachadas, como placas, toldos, letreiros, questão agravada por ser uma área comercial. Esses elementos, ao serem somados, influenciam na percepção do espaço, produzindo sensação de poluição.

**Imagem 11 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição; Praça Getúlio Vargas**



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

A imagem acima mostra a atualidade da praça a partir de uma outra perspectiva espacial. Ainda que o espaço seja marcado pela descaracterização, e os monumentos não possuam continuidade nos arredores, a perspectiva em que o observador se posiciona varia bruscamente. Então, acima, pode-se perceber o protagonismo da igreja e como a requalificação do adro colabora para tal destaque. Já parte da encosta, que aparece discretamente no registro, revela construções novas, responsáveis pela quebra na paisagem.

Ao investigar os dois documentos produzidos pelo PLAMBEL que foram analisados neste capítulo, é possível identificar certo diálogo entre os estudos. A análise feita em 1980, além de caracterizar as áreas, trata de identificar os problemas espaciais e como eles impactam na percepção dos elementos histórico-culturais de cada área da cidade de Sabará. Já a proposta de desenho urbano, construída em 1987, lança mão de medidas cujo intuito é melhorar a qualidade dos espaços a fim de torna-los mais propensos ao uso pela população em geral, assim como deixá-los mais atrativos turisticamente. As interferências que são possíveis de serem eliminadas, como é o caso das placas e das vegetações que comprometem a visualização do entorno, são colocadas como reversíveis e solucionáveis, já alguns impactos são considerados irreversíveis, dentre eles, a perda dos casarios e a inserção de construções modernas. A esse problema, propõe-se medidas atenuantes que minimizem o impacto “negativo” naquele espaço.

#### *3.3.4 Entorno e adro da Igreja do Carmo*

A proposta que abrange a Igreja do Carmo e seus entornos é baseada principalmente em revitalização. Além da Igreja, o local conta com um cemitério à frente, pertencente a Ordem Terceira do Carmo, e, ao fundo, um antigo caminho dando acesso à rua da Intendência (em frente ao Museu do Ouro, antiga casa de intendência), utilizado como atalho principalmente pelos moradores das imediações. Nesse espaço, o elemento mais marcante da paisagem é a Igreja do Carmo junto ao cemitério e, mais a frente, uma pequena capela Passo<sup>27</sup>, que expressam características fortemente coloniais, principalmente a igreja, por conta de sua arquitetura. Seu frontispício conta com uma obra em pedra sabão bastante chamativa, e, para além de sua beleza, é marcante por ter a autoria atribuída a Aleijadinho. Somado a esse fator, a localização dos dois monumentos favorece sua percepção, já o alargamento da rua permite que não estejam colados com as demais construções ao redor. O conjunto em sequência não expressa continuidade dos monumentos, mas por serem em sua maioria baixos, não impedem a visualização das edificações de interesse cultural.

---

<sup>27</sup> Aqui trata-se de uma pequena capela que demarca uma das estações da Via-Sacra, utilizadas para a peregrinação a fim de relembrar o caminho feito por Cristo até o Calvário (BRUSADIN; SOUZA, 2021; OLIVEIRA, 2008)

Antes de mencionar as medidas sugeridas para a requalificação do entorno da Igreja do Carmo, a imagem a seguir traz algumas características importantes de se destacar, que, em certa medida, ilustram as descrições feitas no documento *Análise do acervo arquitetônico e urbanístico de Sabará* (PLAMBEL, 1980). Na fotografia, é possível perceber o efeito de alargamento e a visão de dois outros monumentos da cidade, o Passo e a Igreja das Mercês, que se destaca na encosta. O conjunto urbano, naquele contexto, ao ser observado, produzia a sensação de homogeneidade, em que as edificações mantêm diálogo umas com as outras, seguem em sequência.

**Imagem 12- Rua do Carmo**



Fonte: Acervo privado de um morador local, SD.

A requalificação proposta para o adro da igreja é uma busca por tornar o local mais atrativo turisticamente, para que, além de apenas passar pelo local, o visitante seja convidado a permanecer por um maior espaço de tempo. Para isso, o documento sugere a urbanização do entorno, a criação de jardins que contribuam para a valorização do lugar, e outras duas medidas que são claramente voltadas para

fomentar o turismo nessas imediações, entre elas, a urbanização do entorno do Cemitério do Carmo e a criação de um mirante com mobília urbana, e, também, a construção de rampa/escadaria que ligue as proximidades do Carmo à avenida Prefeito Vitor Fantini, local de intenso tráfego de veículos e por onde chegam os visitantes à cidade. Urbanizar as vias de acesso e criar um local de contemplação da paisagem são medidas para tornar a experiência do turismo mais confortável. Busca-se ainda recriar espaço e adequá-lo às demandas, ao passo que, esses investimentos em infraestrutura urbana também são apresentados como benéficos para a população local.

**Imagem 13- Vista atual da Rua do Carmo**



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

O registro acima reproduz o espaço da fotografia descrita anteriormente, porém, em contextos temporais diferentes, assim pode-se perceber a transformação do espaço ao longo dos anos. O conjunto que expressava homogeneidade, atualmente é marcado pela descontinuidade dos elementos, resistindo dois casarios,

o Passo e a Igreja das Mercês ao fundo, sendo essas duas últimas tombadas pelo IPHAN. Contudo, ao observar o espaço urbano como um todo, a sensação de desordem não é expressiva, elementos como o calçamento da via, o alargamento desse trecho da rua e a igreja ao fundo, dão efeito de paisagem emoldurada, o que ameniza, em certo ponto, as quebras. Já o adro da Igreja do Carmo, após medidas de requalificação, como a urbanização do seu e entorno e do Cemitério à frente, evidenciaram a beleza arquitetônica dos monumentos e do caminho ao lado, que juntos são responsáveis por manter as características coloniais do trecho. A sugestão de implantação de um mirante ao lado do cemitério não foi totalmente concretizada, embora exista um banco de pedra e ofereça uma vista da cidade. É importante destacar que, atualmente, a observação da cidade a partir desse ponto é a seguinte:

#### **Imagem 14 - Cemitério do Carmo e “Mirante”**



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

**Imagem 15 - Vista do local sugerido como mirante**



Fonte: Foto tirada pela autora. Fevereiro, 2022.

O ponto indicado pela seta branca corresponde ao local que seria construído o mirante e a inserção de um mobiliário urbano. Porém, a vista atual que o lugar oferece não está relacionada a uma paisagem colonial, não há elementos que se destacam ou que dialogue com o adro da Igreja do Carmo e suas imediações. A transformação do espaço e o crescimento urbano nas imediações alteraram fortemente as encostas e como elas impactam na percepção da paisagem. A contemplação está atrelada a “paisagem como espetáculo estético” (CHAMBOREDON, 2020, p. 129). O que a fotografia retrata é uma outra vertente da cidade que coexiste com os elementos patrimoniais.

### 3.3.5 Entorno e adro da Igreja de Santana - Arraial Velho

Localizada no bairro Arraial Velho, cortado pela Estrada Real, a Igreja de Santana está inserida em um contexto diferente dos demais monumentos tratados nessa proposta de desenho urbano, visto que está deslocada do centro histórico de Sabará e suas imediações conservam traços de pacatez e ruralidade. A edificação, que é elemento de destaque do local, já que é o único traço que remete ao antigo arraial colonial<sup>28</sup>, chama atenção pela beleza arquitetônica, cercada por um baixo muro de pedras. Embora sua fachada seja acabada e pintada, seu interior gera a impressão de estar inacabado, deixando as pedras da construção aparentes, o que confere particularidade a edificação. Ainda que esteja afastado dos trechos de intenso crescimento urbano, parte dos espaços vazios foram preenchidos por construções modestas e com elementos modernos, sem um padrão seguido. O registro abaixo demonstra um bom estado de conservação do monumento e seu entorno, a preservação ambiental também chama atenção e é um dos principais atrativos turísticos junto a Estrada Real.

**Imagem 16- Igreja Nossa Senhora de Santana, Arraial Velho**



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte, 2017.

<sup>28</sup> A Fazenda dos Cristais ainda conserva traços desse período de formação do arraial, coonestando com dois casarões ainda preservados, mas que se encontram retirados dessa paisagem, e não influenciam na percepção desse espaço em análise. Somado a isso, atualmente é uma propriedade privada e de acesso controlado.

As propostas de requalificação apresentam medidas para a implantação de infraestrutura e, assim, possibilitam uma melhor utilização, como a sugestão de construir um banheiro público na proximidade. A drenagem de um córrego que corta o adro e a eliminação de uma fossa aos fundos da Igreja, fazem parte das medidas de melhoria do espaço, que, junto a inserção de um gramado e reparos no adro, compõem o tratamento paisagístico sugerido. Atualmente, a igreja é aberta em datas específicas para celebrações e o entorno é utilizado para a festividade anual de Santana. O entorno se mantém em bom estado de conservação e as requalificações, ao serem implantadas, foram benéficas para a estética do espaço.

As medidas propostas para requalificar o espaço buscaram atenuar a forte marca da perda patrimonial e da inserção de elementos que não pertencem a estética dos monumentos tombados. Embora sinalizem diversas vezes a situação de ameaça vivida por grande parte do patrimônio edificado (principalmente as construções isoladas), esses atentamentos não foram suficientes para impedir sucessivos processos de descaracterizações e de demolição, os apagamentos tornam-se comuns.

Identifica-se que o crescimento metropolitano continua a exercer forte pressão sobre o patrimônio, gerando a instabilidade. Os monumentos estão constantemente submetidos a ameaça da perda, processo que o PLAMBEL constatou ao estudar a cidade de Sabará e as transformações do espaço. Grande parte das edificações que se mantiveram conservadas, passaram por processo de tombamento, o que explicita a relevância dessa política para a manutenção dos elementos da história. Os demais imóveis foram descaracterizados, demolidos ou acabaram cedendo ao tempo.

O documento tratado acima, que propõe um desenho urbano para Sabará, é focado em promover a requalificação do espaço, acompanhada de sugestões que tem, por finalidade, fomentar o turismo na cidade, como a implantação de um espaço para informações turísticas, hotéis e caminhos que facilitem a chegada dos turistas. Apesar de que muitas das sugestões tenham sido adotadas, as ações não foram suficientes para fomentar os usos culturais do espaço. O plano metropolitano construído para Sabará, enquanto parte da RMBH, é focado em atenuar os impactos da rápida urbanização e da construção dos aglomerados urbanos.

Há uma tentativa de fomento do turismo através da requalificação do espaço e da implantação de infraestrutura básica para a permanência do turista, além de

facilitar seu acesso aos locais de interesse cultural. A necessidade de requalificar os monumentos e seus entornos pode ser associada à questão da percepção do espaço pelo turista e como isso está diretamente associado à estética da cidade, afinal, busca-se principalmente a contemplação dos elementos que remetem ao período colonial. Ao visitar uma cidade setecentista mineira, busca-se recordar para viver novas experiências, evocar a história, um passado comum. O exótico chama atenção e conquista o olhar (PEREIRA, 2020).

Mas é necessário frisar que o espaço, enquanto possibilidade de consumo, é construído através de medidas que acompanhem os atrativos, e, por si só, não são capazes de fomentar o turismo, pois a contemplação deve vir acompanhada de experiências. Como Meneses destaca, “O valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das reações sociais” (MENESES, 2002, p. 93), é imprescindível, portanto, que haja uma narrativa construída que atribua relevância ao espaço, que, por sua vez, seja forjado como bem cultural. Além disso, enxergando o turismo como atividade capaz de gerar renda para a comunidade local, a cidade passa a ser vista também enquanto produto, assim, a mobilização para valorizá-lo precisa ser construída através de propagandas, narrativas que reforcem sua importância para a cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que norteou esta pesquisa diz respeito à análise da co-constituição entre a metropolização e a patrimonialização no município de Sabará-MG, a partir das transformações socioespaciais e os impactos sobre o acervo patrimonial da cidade. A hipótese inicialmente levantada é que há uma invisibilidade de Sabará frente às demais cidades históricas coloniais de Minas Gerais, que acaba recebendo um menor número de visitantes que buscam pelo turismo cultural, e que esse fato está relacionado ao estado de conservação do patrimônio arquitetônico, além do destaque no crescimento metropolitano acentuado, preterindo o patrimônio a segundo plano. Essa hipótese foi parcialmente corroborada, mesmo que algumas questões levantadas não puderam ser integralmente respondidas, devido às limitações da metodológica e devido à análise ter sido conduzida a partir das questões histórico-espaciais.

Ainda que a instalação da Companhia Siderúrgica tenha sido responsáveis por alavancar a economia da cidade de Sabará, esse fator não impediu que a região se tornasse altamente dependente da metrópole. O inchaço da metrópole Belo Horizonte ressoou em Sabará antes mesmo da criação da Região Metropolitana em 1973. A proximidade da capital e a facilidade de acesso devido às estradas e à ferrovia, fez com que o espaço urbano dessa cidade crescesse rapidamente, concentrado principalmente nas áreas de limite municipal, processo que fora asseverado ao ponto de integrar os territórios, não apenas espacialmente, e promovendo a conurbação, mas na intensificação de fluxos e dinâmicas socioeconômicas. As décadas de 1970 e 1980 foram as mais expressivas para o município no que diz respeito a crescimento urbano, visto que o custo de vida nas cidades adjacentes a metrópole era menor.

Ao analisar os dados censitários e os mapas produzidos por estudos que mensuraram os níveis de integração entre as cidades ao redor da metrópole, concluiu-se que Sabará está fortemente integrada a metrópole e caracteriza-se como aglomerado urbano, com forte incidência de domicílios normais e subnormais. Além disso, grande parte da população realiza, diariamente, o movimento pendular no intuito principal de realizar atividades laborais. Dessa parcela que se desloca, a maioria corresponde a população de baixa renda, com alta presença de trabalhadores empobrecidos, caracterizando município como proletarizado e popular (MENDONÇA

et al., 2015). Ao logo das décadas, o arranjo urbano entre Sabará-Belo Horizonte se complexificou de tal forma que extrapolou a dinâmica centro-periferia, mas apresenta a formação de um arranjo urbano regional, essa proximidade entre cidades deixa de se manifestar apenas no campo territorial, não terminam nos limites físicos, permanecem conectadas pelos fluxos, relações produtivas e dependência socioeconômica.

Concomitantemente a esse crescimento metropolitano, a cidade mantém um patrimônio tombado, concentrado no centro histórico da cidade. Ao analisar os debates acerca do conceito de patrimônio e das políticas de conservação, é possível compreender melhor as intencionalidades contidas no processo de guarda do patrimônio sabarense e qual o papel relegado a esse elemento fundamental para a identidade.

De acordo com as descrições apreendidas ainda na primeira metade de século XX, Sabará já era marcada pelo processo de descaracterização dos elementos essencialmente coloniais, a heterogeneidade do espaço já se fazia presente, e foi decisiva para a construção da narrativa acerca dos espaços potencialmente turísticos em Minas Gerais. Ao analisar as atuações de tombamento na cidade, as primeiras iniciativas são conduzidas pelo IPHAN, que, por meio do Decreto-lei 25, seguem vinculadas à proposta de valorização dos elementos essencialmente brasileiros, a fim de dar força a narrativa nacionalista, abrangendo, *a priori*, o patrimônio religioso e posteriormente os de características coloniais.

A cidade não foi acompanhada de narrativas criadas para idealizar o espaço, não houve o completo encantamento para com o patrimônio, questões diretamente atreladas a consolidação da cultura enquanto produto, como ocorreu em Ouro Preto, em que a cidade contou com fortes propagandas estatais para reforçar sua relevância para a identidade nacional. A a partir dessas questões, definiu-se o que seria lembrado e o que seria relegado ao esquecimento. Sabará não foi vendida como *cidade espetáculo*, onde as encostas, suas igrejas e monumentos são protagonistas, não houve uma produção do espaço como algo essencialmente histórico. Sabará teve seus elementos histórico-artísticos relegados ao segundo plano para que a cidade impactada pela metropolização pudesse ganhar força.

Apesar dos tombamentos pontuais, não houve políticas articuladas ao Decreto-Lei 25 que tratassem da padronização dos entornos dos espaços tombados, sem

preocupação sobre como os espaços vazios seriam preenchidos, o que gera espaço para a inserção de elementos na paisagem urbana que interferem diretamente na percepção dos monumentos, seja impedindo na visualização do mesmo ou por inserir ao entorno uma estética moderna, que não dialoga com a arquitetura colonial. O discurso motivado pela irreversibilidade dos apagamentos embasou as negativas para a ampliação de novas áreas, que, posteriormente, foram perdidas por falta de medidas de conservação. Dessa forma, a cidade colonial se encontra sob a constante ameaça da perda.

Os documentos do PLAMBEL, utilizados para analisar a co-constituição entre metropolização e patrimonialização, reafirmam a cidade de Sabará como marcada pela irreversibilidade do avanço das áreas de limites municipais e a expansão da periferação. O crescimento urbano desordenado já era previsto ainda nos primeiros estudos de 1974, e a interferência que esse aumento causaria sobre as áreas patrimoniais era algo que os órgãos também tinham consciência. Embora não existissem medidas concretas para refreá-los, as ações não foram tratadas nesses documentos analisados.

Ao caracterizar e analisar as áreas de interesse cultural buscou-se nessa documentação sinalizar os riscos iminentes aos quais o patrimônio edificado estava exposto e o quanto a perda desses elementos influenciariam na formação da identidade (PLAMBEL, 1980). Nessa perspectiva, os apagamentos são vistos como violentos. Contudo, grande parte do que está catalogado nesses documentos não está mais erguido, ou caiu por descaso, ou foi substituído, o que demonstra que sinalizar os riscos através de documento não foi suficiente para refrear as perdas. A proposta de desenho urbano do PLAMBEL, então, não foi suficiente para promover a patrimonialização do centro histórico de Sabará, a falta de narrativas que atribuam significados aos locais e de medidas culturais para que os lugares sejam de fato ocupados pelos habitantes e turistas são questões essenciais para a consolidação da materialidade e ressonância do espaço. Embora grande parte das medidas de requalificação tenham sido concretizadas e tenham atuado para melhorar o espaço e a percepção dos monumentos, estas não foram suficientes para patrimonializar, devido à falta de ações que estabelecem diálogo entre história e lugar, que criasse o espaço como mercadoria a ser consumida.

A afirmação acerca do precário estado de conservação que o patrimônio tombado se encontra é refutado, visto que as observações revelam bom estado de conservação, como é perceptível através das fotos atualizadas. Mas, ressalta-se mais uma vez a falta da narrativa sobre o lugar e sua história, reitera-se, não há propagandas que fomentem o turismo nesse espaço. É válido destacar que algumas perguntas iniciais da pesquisa não puderam ser respondidas. Não foi possível averiguar a questão do sentimento de pertencimento e identidade com os espaços devido ao fato da análise se restringir a revisão teórica, a análise histórico documental, além do curto período de desenvolvimento para uma análise de tal complexidade.

O presente estudo contribui para a discussão acerca da transformação de Sabará ao longo de sua história e a sobreposição da metropolização em detrimento do patrimônio cultural, e como esse aspecto está relacionado a um plano. Também colabora no entendimento a respeito dos vazios que possibilitaram que o turismo não se tornasse um ponto forte da cidade, como ocorreu nas demais cidades coloniais mineiras, e sua relação com o crescimento da metrópole, questão que reflete fortemente. Os apontamentos feitos ao longo desse estudo podem ser utilizados como ponto de partida para a construção de ações para a valorização do patrimônio e melhoria do espaço urbano, e para pensar em estratégias que fomentem o turismo enquanto possibilidade de renda para a cidade.

Por fim, os apontamentos no desenvolvimento da pesquisa abrem espaço para investigações futuras, como análise dos espaços periféricos da cidade, em especial dos novos bairros irregulares, e, como os habitantes dessa área percebem a cidade e seus monumentos. Também há que se investigar acerca dos detalhamentos dos processos de tombamento conduzido pelo IPHAN e como estão relacionados aos pagamentos e conservações na cidade ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Sabará**. Belo Horizonte: Editor UFMG, 2010.
- AMARAL, Aracy A. **Tarsila: sua obra e seu tempo (Vol II)**. São Paulo, Perspectiva, USP, 1975.
- AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Martins, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Confissões de Minas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, A. M. A. **Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Luciana T. de; MENDONÇA, Jupira G. de. **Tendências contrastantes das desigualdades socioespaciais nas metrópoles brasileiras: hipersegregação e mistura social**. In V Seminário Internacional – Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana Buenos Aires, 5-7 de agosto de 2020
- ANDRADE, Luciana Teixeira de Andrade. O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial? **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 101-118, jan/abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19638/12635>. Acesso em jan de 2021.
- ANDRADE; Luciana T.; MENDONÇA, Jupira. **Tendências contrastantes das desigualdades socioespaciais nas metrópoles brasileiras: hipersegregação e mistura social**. V Seminário Internacional – Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana Buenos Aires, Agosto de 2021.
- AZEVEDO , Sergio de; Mares Guia Virgínia Rennó dos. **A trajetória da gestão metropolitana de Belo Horizonte, (RMBH)** In ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, A. M. A (orgs). *Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- BOTELHO, Angela V.; REIS, Liana M.. **Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império**. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: Acesso em: dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937** – Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: dez. 2021.

BRUSADIN, Lia Sipaúba Proença; SOUZA, Vanessa Taveira de . **Sentidos do patrimônio nos caminhos da Via Sacra em São João Del Rei**. Mouseios, Revista do Museu e Arquivo Histórico de La Salle, Canoas, n. 39, nov. 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/9070>. Acesso em abril de 2022.

CARVALHO ,Pompeu Figueiredo de. **Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a contrução do lugar** In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. (orgs.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3 ed. SãoPaulo: Hucitec, 2002.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana** .Siglo veinteuno editores: Buenos Aires, 1999.

CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. Castriota, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel A.; Cardoso Kelly; Pereira, Vilmar de Souza. (2011) 2021. **PAC Cidades Históricas: Oportunidade Para a conservação Integrada?**. Locus: Revista De História 16 (2). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20151>. acesso em jan 2022.

CASTRO, Celso. **Narrativas e imagem do turismo no Rio de Janeiro** In VELHO, GILBERTO (org.) Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zaahar, 1999.

CHETRY, Michael. **Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial**. Revista E-Metrópolis, ano 5, n. 16, p. 61-68, março 2014. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/016/original/emetropolis\\_n16.pdf?1447896360](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/016/original/emetropolis_n16.pdf?1447896360). Acesso em: jun. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Edições 70: Lisboa, 1999.

CHOAY, Françoise. **Patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Marcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio, n. 34. / 2012, P. 147-165. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>

CRUZ, Rita De Cassia Ariza da. **“Patrimonialização do Patrimônio”:** Ensaio sobre a relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e produção do espaço. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 31, pp. 95 - 104, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898> . Acesso em maio de 2022.

CUNHA, Egláisa Micheline ; PEDREIRA , Roberto Sampaio (ORG.). **Como Anda Belo Horizonte.** Brasília: Ministério das Cidades, 2008. 10 vol. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/11/vol10\\_Belo\\_Horizonte.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/11/vol10_Belo_Horizonte.pdf). Acesso em abril de 2021.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH.** In Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. Belo Horizonte: Cip Basil, 2015.

FARIA, C A. P. Explicando o inchaço da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, v. 3, p. 36-59, 2012.

FONSECA, Maria Cecília. **Para além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural.** In ABREU, Regina; Chagas, Mário (orgs). Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GAGLIARDDI, Ignácio. **SABARÁ (MG): Igreja São Francisco de Assis – Parte I: A humilde expressão do Templo.** In Ilumine o projeto, 07 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://ilumineoprojeto.com/igreja-sao-francisco-de-assis-sabara-minas-gerais/>. Acesso em abril de 2022.

GIEDION, S. **Arquitetura e comunidade.** Lisboa: Livros do Brasil, 1955.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES , José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** In Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS. vol. 11, n.º 23, jan-jun de 2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>. Acesso em dez 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento** In ABREU, Regina; Chagas, Mário (orgs). *In Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUERRA, Abílio. **Modernistas na estrada** *In* Arquitetura e Natureza. São Paulo: Romano Guerra, São Paulo, 2017.

HUYSSE, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IEPHA/MG. **Guia de bens tombados Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais** : Vol 1 – 2. Ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. Disponível em: [http://www.iepha.mg.gov.br/images/com\\_arismartbook/download/7/GBT-V2.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/7/GBT-V2.pdf).

IEPHA/MG. **Guia de bens tombados Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais** : Vol 2 – 2. ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. Disponível em: [http://www.iepha.mg.gov.br/images/com\\_arismartbook/download/4/Guia de Bens Tombados Volume%201.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/4/Guia_de_Bens_Tombados_Volume%201.pdf).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara>. Acesso em nov. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE . **Recenseamento do Brasil de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE . **Recenseamento do Brasil de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE . **Regiões de influência das cidades**. IBGE: 2018, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Recenseamento do Brasil de 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1928.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Sinopse do Recenseamento de 1900**. Rio de Janeiro: IBGE, 1905.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Carta de Atenas, 1975 In Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> . Acesso em jan de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Declaração de Amsterdã, 1975 In Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf> . Acesso em jan de 2021.

IPHAN. **Lista de bens tombados por estado**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>

IPHAN. **PAC CIDADES HISTÓRICAS: Investimentos por cidades**. DISPONÍVEL EM  
: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Investimentos%20por%20cidade.pdf>. Acesso em dez de 2021.

IPHAN. Processo nº 67-T-38, SPHAN/DET. Seção História, 1938, fl. 8-9.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEAL, Sarah Floresta. **PAC-CIDADES HISTÓRICAS: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação. 2017**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AY7LSD>  
LEFEBVRE, Henri. **O direto a cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1968  
LÓPES, Tânia. Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, M (ORGS). **Turismo e identidade Local**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LÓPES, Tânia. **Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto**. In BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, M (ORGS). **Turismo e identidade Local**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

MENDONÇA, J.G. **Estrutura socioespacial da RMBH nos anos de 2000: há algo de novo?** In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J.G.; FARIA, C.A.P. *Metrópole: território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. **Belo Horizonte: diferenciação e segregação socioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (ORG.). *Metrópoles Brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os “usos culturais da cultura”: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. (orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Curitiba, 2009. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/20362/ROSA\\_MOURA\\_DOUTOR\\_ADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/20362/ROSA_MOURA_DOUTOR_ADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em jan 2021

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Relatório de pesquisa: Níveis De Integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. 2012**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em jan. de 2021.

OLIVEIRA, M. A. R. **Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2008 (Roteiros do Patrimônio; V1 e V2). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat2\\_BarrocoRococolgrejasRiod eJaneiro\\_Vol1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat2_BarrocoRococolgrejasRiod eJaneiro_Vol1_m.pdf). Acesso em abril de 2022.

PAIVA, Eduardo França. **Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]**. In.: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume 1: 1080-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.p.271-308.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da História do Sabará**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942 (v.2)

PEREIRA, Patrícia. **Estilos de viagem, modos de percepção da paisagem, estereótipos regionais nas narrativas de viagem e nos guias turísticos: o exemplo da Provença Mediterrânica (finais do século XVIII – inícios do século**

**XX) Ensaio de sociologia da percepção turística** In Baptista, Luís; Mazzella, Sylve; Pereira, Patrícia; Nunes, João P. S. Pensar O Território: Jean-Claude Chamboredon, Uma Abordagem Sociológica Pioneira. Lisboa: Papelmunde, 2020.

PINHO, Breno A. T.D. **População e pobreza: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACEAFSJMB/1/tese\\_brenopinho\\_cedepla\\_rufmg.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACEAFSJMB/1/tese_brenopinho_cedepla_rufmg.pdf) . Acesso de junho de 2021.

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **A estrutura urbana da RMBH**. Belo Horizonte, 1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=47642&codUsuario=0>

PLAMBEL. **Política de desenvolvimento urbano: Livro 3**. PLAMBEL: 1975/79.

PLAMBEL. **Proposta de desenho urbano: Sabará- MG**. PLAMBEL: 1987

PLAMBEL. **Sabará: Análise do Acervo Arquitetônico e Urbanístico**. PLAMBEL: 1980.

PLAMBEL. **Seminário sobre os estudos do Plano Metropolitano de Belo Horizonte: as perspectivas econômicas e sociais da RMBH para as próximas décadas**. PLAMBEL: 1974.

PLAMBEL. **Zona Urbana do Município de Sabará**. . PLAMBEL: 1979.

REIS, Flávia Costa; SOARES Jr., Hebert Gerson. **Capela de Santana do Arraial Velho**. In Arquidiocese de Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://centenario.arquidiocesebh.org.br/memoria/capela-de-santana-do-arraial-velho-em-sabara/>. Acesso em abril, 2022.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/06/2edicao\\_A-Metropole-em-Questao.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/06/2edicao_A-Metropole-em-Questao.pdf). Acesso em maio de 2021.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental** In YÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de C. A. da; CARLOS, Ana Fani A. Turismo: Espaço paisagem e cultura. São Paulo:Hucitec, 2002.

RUBINO, SILVANA. **Patrimônio: história e memória como reivindicação recurso** In Schwarcz ,Lilia Moritz, Botelho, André Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança . São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1991.

SABARÁ. **Mapa de expansão irregular**. 2008.

SABARÁ. Prefeitura Municipal de Sabará. **LEI COMPLEMENTAR Nº 12**, de 08 de janeiro de 2008; PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SABARÁ. Disponível em: [http://www.rmbh.org.br/central.php?tema=Legisla%C3%A7%C3%A3o-Plano\\_Diretor](http://www.rmbh.org.br/central.php?tema=Legisla%C3%A7%C3%A3o-Plano_Diretor) Acesso em agosto de 2020.

SANTOS, Jaqueline Duarte. **Transformações na paisagem de Sabará: uma investigação das diferentes historicidades e das construções identitárias**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMFE-9GRN28>. Acesso em jan 2022.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço habitado**. 6 ed. SãoPaulo: Edusp, 2021. São Paulo: Annablume, 2009.

SCHURMANN, Betina. **Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos**. Textos de História, v.12, n.1/2, 1999, p.149-178.

SILVA, J. P. da. **Crescimento urbano de Sabará [MG]: modificação e conservação da cidade segundo seus instrumentos legais de planejamento**. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v. 4, n. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: [www.labore.fec.unicamp.br](http://www.labore.fec.unicamp.br)

SILVA, Jaqueline Pugnall da. **Modelo de inserção de nova arquitetura em áreas urbanas diferenciadas: experimentação na cidade de Sabará MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes. Disponível em : <https://repositorio.ufes.br/handle/10/4407?mode=full>. Acesso em dez de 2020.

SOUZA, Joseane de. **Organização social do território e os movimentos pendulares na RMBH.** In MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A (ORG.). Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles ; Belo Horizonte, MG : PUC-Minas, 2015.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro:** pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.

TEIXEIRA, João Gabriel; SOUZA, José Moreira de. **Espaço e sociedade na Grande BH;** In: População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

TONUCCI FILHO, João Bosco M. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. Disponível em : [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-23052012-151814/publico/dissertacao\\_planejamento\\_RMBH\\_jtonucci.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-23052012-151814/publico/dissertacao_planejamento_RMBH_jtonucci.pdf) . Acesso em jan de 2022.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; OLIVEIRA, André Mourthé de; SILVA, Harley. **Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas.** In MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A (ORG.). Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. 1. ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles ; Belo Horizonte, MG : PUC Minas, 2015.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana [online]. 2006, vol.12, n.1, p. 237-248.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel FAPESP, 2001.